

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 21 DE MAIO DE 2012

NÚMERO 6.415

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Edison Andrino

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Plínio de Castro
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Aldo Schneider
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Plínio de Castro - Vice-Presidente
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Angela Albino
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Maurício Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Dieter Janssen
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Plínio de Castro
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dieter Janssen
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Plínio de Castro
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Valmir Comin
Dieter Janssen
Sargento Amauri Soares
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Angela Albino
Maurício Eskudlark
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 014ª Sessão Especial realizada em 15/05/2012.....2 Ata da 050ª Sessão Ordinária realizada em 16/05/2012.....7 Ata da 051ª Sessão Ordinária realizada em 16/05/2012.....12</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa.....20</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes.....26 Aviso de Resultado.....27 Extratos.....27 Portarias.....28 Projeto de Lei.....28</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 014ª SESSÃO ESPECIAL

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM À ASSOCIAÇÃO DOS DESPACHANTES DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ADOTESC - NA PASSAGEM DOS SEUS 35 ANOS DE FUNDAÇÃO

PROPOSIÇÃO DA BANCADA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

SUMÁRIO

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Lembra a trajetória de luta da Adotesc na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos proprietários de veículos e na capacitação dos despachantes.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Ressalta o papel facilitador dos despachantes no dia a dia do cidadão catarinense.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Destaca a atuação da Adotesc com a criação da Creditran e do plano de previdência complementar.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Afirma que o trabalho da Adotesc serve de escola para o restante do país.

MAURO ANTONIO SCHNAIDER FILHO - Agradece aos deputados pela homenagem, aos associados e às associações regionais pelo trabalho realizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compor a mesa dos trabalhos:

Excelentíssimo senhor deputado Darcy de Matos;

Excelentíssimo senhor César Augusto Grubba, secretário de Segurança Pública, neste ato representando o governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo;

Excelentíssimo senhor deputado Jailson Lima, primeiro-secretário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor deputado Reno Caramori, segundo-secretário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina;

Ilustríssimo senhor Mauro Antônio Schnaider Filho, presidente da Associação dos Despachantes de Trânsito de Santa Catarina;

Ilustríssimo senhor Walter Santos Flores, presidente do Conselho de Administração da Associação dos Despachantes de Trânsito de Santa Catarina, neste ato representando as associações regionais;

Ilustríssimo senhor José Norival Velho, presidente do Instituto Armando Bauer Liberato e do Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas de Santa Catarina;

Ilustríssimo senhor José Fernandes Neto, presidente da Cooperativa de Crédito dos Despachantes de Santa Catarina - Creditran.

Excelentíssimas autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão foi convocada por solicitação da bancada do Partido Social Democrático e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares em homenagem à Associação dos Despachantes de Trânsito do Estado de Santa Catarina na passagem dos seus 35 anos.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)
(Palmas)

Esta Presidência registra a presença das seguintes autoridades:

Senhor deputado estadual Mauro de Nadal;

Senhor deputado estadual Dieter Janssen;

Senhor Vanderlei Tomaz Ciceri, primeiro-vice-presidente da Associação dos Despachantes de Trânsito do Estado de Santa Catarina;

Senhor Osnilo Osmar Silveira, primeiro-tesoureiro da Associação dos Despachantes de Trânsito do Estado de Santa Catarina;

Senhor Lúcio Bracht, diretor do Conselho Fiscal da Associação dos Despachantes de Trânsito do Estado de Santa Catarina;

Senhor Francisco Wollinger, gerente de Informática e Estatística de Trânsito do Detran;

Senhora Elizabeth Guenther, secretária da diretoria da Associação dos Despachantes de Trânsito do município de Guaramirim;

Senhor Kleber Rocha, segundo-tesoureiro da Associação dos Despachantes de Trânsito do Estado de Santa Catarina;

Senhor Vanderlei Rosso, diretor do Detran;

Tenente-coronel Claudete Lehmkühl, chefe de Comunicação Social da Polícia Militar; Vereador Odir Nunes, presidente da Câmara Municipal de Joinville.

A seguir teremos a apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Esta Presidência registra também a presença do sr. João Rufino de Salles, presidente do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina.

Convido o sr. deputado Darci de Matos para fazer uso da palavra, em nome da bancada do Partido Social Democrático, que foi o partido que solicitou a homenagem aos despachantes homologada pelos demais parlamentares.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, desejo com grande alegria e com muito respeito saudar efusivamente todos os senhores e senhoras, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Faço a minha saudação a v.exa., deputado Moacir Sopelsa, nosso vice-presidente, que preside a nossa sessão especial em homenagem à Adotesc.

Quero saudar efusivamente os demais deputados:

Reno Caramori, que representa a bancada do PP; Dieter Janssen, também do PP; Mauro de Nadal, representando a bancada do PMDB.

Quero saudar o secretário de Segurança Pública, César Augusto Grubba, que muito nos honra com sua presença e que neste ato representa o governador Raimundo Colombo, que tem atendido a classe dos despachantes com elegância e tem sido um parceiro da nossa categoria.

Quero fazer a minha saudação ao deputado Jailson Lima, primeiro-secretário desta Casa, que aqui representa a bancada do Partido dos Trabalhadores e que nos dá a honra da sua presença.

Quero saudar o presidente da Adotesc, o empresário Mauro Antônio Schnaider Filho, batalhador aguerrido, presidente determinado, que dirige essa associação com competência há muitos anos.

Quero saudar o amigo particular Walter Santos Flores, que é presidente do Conselho de Administração da associação.

Saúdo também o amigo José Norival Velho, presidente do Instituto Armando Bauer Liberato, responsável pelas atividades de cidadania da categoria, e José Fernandes Neto, presidente da Cooperativa dos Despachantes, a Creditran.

Faço minha saudação efusiva ao ex-deputado estadual, diretor do Detran, Vanderlei Rosso, que se faz presente nesta solenidade.

Saúdo o meu amigo, eminente presidente da Câmara de Vereadores do município de Joinville, Odir Nunes, as demais autoridades, imprensa, as senhoras e os senhores.

Neste momento, sr. presidente, em nome da bancada, saúdo o coral desta Casa, e em nome da bancada do meu partido, o PSD, desejo justificar a proposição desta homenagem pertinente aos 35 anos da Adotesc, 35 anos, presidente Mauro, de luta, de história e, sobretudo, de serviços prestados ao povo catarinense.

Os despachantes, que são em número de 800, aproximadamente, em Santa Catarina, geram diretamente aproximadamente cinco mil postos de trabalho. Os despachantes são, secretário César Grubba, a cara do estado de Santa Catarina, porque são organizadíssimos. A associação, que comemora 35 anos de existência trabalhando em prol da melhoria da qualidade de vida do povo catarinense, tem uma cooperativa que é uma das maiores arrecadoras de taxas, tributos e impostos do estado de Santa Catarina. Essa associação tem um instituto que é responsável pelas ações de cidadania da categoria, que tem um sindicato que é a entidade que faz a representação corporativa, política, institucional dos despachantes do nosso estado. Em suma, trata-se de uma categoria extremamente organizada, atuante, ativa e, sobretudo, parceira do estado de Santa Catarina.

A Adotesc tem o título de utilidade pública estadual. Por quê? Porque tem uma folha de serviços prestados ao estado de Santa Catarina, através das suas 22 regionais organizadas e atuantes no estado. Mais do que isso, os despachantes, através de sua associação, são uma das categorias mais organizadas do Brasil. Ela até existe em outros estados, mas parece-me que a que funciona realmente é a de Santa Catarina.

Por que o licenciamento é feito no escritório do despachante? Porque ele tem fé pública, porque é organizado, porque tem compromisso com o atendimento rápido e de qualidade ao povo catarinense.

Os despachantes têm alguns pleitos que estão sendo apresentados ao governo do estado. Já foram apresentados ao secretário César Grubba e estão sendo encaminhados. Um exemplo: a segunda via do licenciamento. Ora, se os despachantes fazem a primeira via, por que para fazer a segunda ou as demais o cidadão catarinense tem que recorrer à instituição governamental? Se fazem a primeira via, por analogia podem fazer a segunda também. Isso está sendo encaminhado e eles têm o compromisso, secretário César Grubba, do presidente do Detran e do diretor do Ciasc de que nos próximos dias conquistarão essa reivindicação.

A Adotesc luta também pelo direito dos despachantes fazerem o primeiro estacionamento dos veículos novos.

Diante de todos esses serviços prestados à nossa população, propus, através da bancada do meu partido, a realização desta sessão especial em homenagem ao trabalho, à história, à luta incansável desses profissionais ajudam a população em todo o território catarinense, com qualidade, com excelência, com responsabilidade, com preocupação em prestar um serviço de qualidade.

Gostaria de dizer, presidente Mauro, que em muitos momentos em que foram debatidos temas e em que foram votados projetos do interesse dos despachantes, o Parlamento catarinense sempre esteve ao lado desses profissionais, em reconhecimento ao trabalho excepcional que há muitos anos eles prestam ao estado de Santa Catarina e ao povo catarinense.

Portanto, estou feliz de poder, neste momento, estar aqui junto com os meus pares, para em nome desta Casa prestar esta justa homenagem à Associação dos Despachantes do Estado de Santa Catarina, que comemora 35 anos de serviços prestados aos catarinenses.

Agradeço, parabênzo e externo com convicção o desejo e a certeza da continuação de um trabalho profícuo, de um trabalho sério e de um trabalho de sucesso no estado, sempre para o bem da população catarinense.

A presença maciça, sr. presidente, dos despachantes de Santa Catarina, constituindo uma das sessões mais representativas que já realizamos, demonstra a organização, a pujança e a força desses profissionais em nosso estado.

Parabéns! Felicidades! E que os senhores continuem sempre dando sua contribuição ao povo catarinense.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Convido para fazer uso da palavra o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, nosso companheiro Moacir Sopelsa; sr. deputado Darci de Matos e sua bancada pela lembrança de prestar uma homenagem a essa categoria valorosa; srs. deputados Jailson Lima e Dieter Janssen.

Quero justificar a ausência dos deputados Silvío Dreveck, Valmir Comin e Joares Ponticelli, que estão representando a Assembleia Legislativa na posse da diretoria da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis.

Sr. presidente da Adotesc, demais membros da diretoria, das associações.

Prezado amigo Vanderlei Rosso, com quem convivi neste Parlamento e com quem fiz até algumas viagens pitorescas. E lembro-me de uma para a Itália, onde o Vanderlei comprou um pacote de pipoca e me deu dizendo: "Reno, trata dos pombinhos aqui um pouquinho, que vou bater uma foto." Não se enxergava o Reno, somente se via os pombos! Em cada orelha havia dois pombos e ele dizia que cabiam mais. Você me deve a foto, Vanderlei! São recordações boas que se leva para a vida toda. Por isso, cumprimento-o pelo trabalho que exerce hoje junto ao Detran.

Quero fazer um cumprimento especial aos despachantes, associados da Adotesc, que prestam um trabalho fantástico à nossa sociedade. Eu lembro o quanto era trabalhoso, nos anos de 70, fazer os emplacamentos. Na Reunidas, Vanderlei, quem fazia esse trabalho era eu, que corria feito um doido, porque havia todo o trabalho externo para fazer, eu chegava à delegacia, entregava a documentação e voltava correndo.

Em 1976 fui eleito prefeito de Caçador e lembro muito bem quando Antônio Carlos Konder Reis participou, em 1977, da solenidade da posse da primeira diretoria da Adotesc. E lembro porque o então governador teria um compromisso conosco na região e não foi porque já havia assumido outro, com os despachantes.

Por tudo isso, quero deixar o abraço da bancada do Partido Progressista pelo trabalho que vocês vêm fazendo em prol da comunidade, porque o cidadão de hoje não tem mais tempo para fazer esse trabalho e por isso utiliza os serviços dos despachantes. E sabemos da responsabilidade que os senhores e as senhoras têm na execução desse trabalho em respeito às leis, em respeito à cidadania e agilizando sempre o trabalho daqueles que precisam dessa documentação em dia.

Por isso, meus parabéns por esta merecida homenagem que a bancada do PSD propôs e que teve a anuência de todos os srs. deputados e sras. deputadas desta Casa.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Reno Caramori.

Neste momento, convido o deputado Jailson Lima para fazer uso da palavra, em nome da bancada do PT.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar o presidente que coordena os trabalhos; quero parabenizar o companheiro Darci de Matos pela iniciativa.

Saúdo o secretário César Augusto Grubba, o presidente da Adotesc, empresário Mauro Antônio Schnaider Filho, o nosso companheiro do PMDB, Mauro de Nadal, e o deputado Reno Caramori.

Quero cumprimentar os despachantes e também uma figura conhecida a quem não via há muito tempo, o companheiro Claudino.

Confesso que não conhecia esta face inovadora da Adotesc, que tem uma estrutura regionalizada que funciona; que tem um plano de previdência próprio; que possui uma cooperativa de crédito com R\$ 4 milhões para investimentos. Tudo isso demonstra que, além de atender à sociedade catarinense e cooperar com o poder público agilizando com competência um serviço de utilidade pública, ainda cria mecanismos de apoio a seus associados.

A política de microcrédito teve início basicamente em Bangladesh e foi desenvolvida por Muhammad Yunus, que por isso acabou recebendo o Prêmio Nobel de Economia. Foi uma experiência altamente vitoriosa, pois o nível de inadimplência raramente passava de 1%. A Adotesc pode inovar ainda mais, na medida em que tem dois milhões e oitocentos mil clientes anuais, para os quais agiliza o emplacamento de veículos e uma série de outros atendimentos, ajudando, inclusive, o nosso governo federal, que está batendo firme na redução de juros, que eram um absurdo, um verdadeiro assalto ao bolso do brasileiro.

Nessa perspectiva vocês estão ajudando a consolidar um projeto de economia que este país precisa. Nós somos a 4ª nação do mundo na produção de veículos, mas, ao mesmo tempo, secretário César Grubba, somos um dos países com maior volume de acidentes de trânsito, causados em grande parte pelo consumo de álcool antes de dirigir. Sou médico e para conter a indisciplina no trânsito acho que o estado, secretário, tem que inovar. E poderia, para tanto, formar, quem sabe, uma parceria com a Adotesc, que é uma entidade altamente capilarizada e apta a desenvolver um projeto nesse sentido.

O último censo do IBGE, deputado Darci de Matos, mostra que o número de jovens do sexo masculino na faixa dos 18 a 25 anos de idade que foram a óbito em 2010 foi muito grande.

Então, fica um desafio para a secretaria: chamar a Adotesc e apresentar um projeto inovador para este país!

No mais, continuem atendendo ao povo de Santa Catarina com a organização que vocês têm, com transparência, porque assim, gradativamente, vamos eliminando a corrupção deste país.

Que Deus os abençoe e parabéns a todos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, em nome da bancada do PMDB, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Saúdo o sr. presidente e em seu nome carinhosamente cumprimento o deputado Darci de Matos, proponente desta justa homenagem; o deputado Reno Caramori, o deputado Jailson Lima e o deputado Daniel Tozzo.

Quero cumprimentar de uma forma toda especial o secretário da Segurança Pública, César Grubba, que neste ato representa o governador Raimundo Colombo.

Cumprimento também o sr. Mauro Schnaider Filho, e em seu nome estendo os cumprimentos a todas as pessoas que representam as entidades vinculadas aos despachantes do estado de Santa Catarina.

Tenho que agradecer a deferência de falar em nome dos deputados da bancada do PMDB, de quem trago um abraço carinhoso, parabenizando-os pelo trabalho, pela forma com que desenvolvem o trabalho de despachante no estado de Santa Catarina.

Eu tive a oportunidade de ser despachante no extremo oeste de Santa Catarina. Em homenagem a todos, considerando o tempo de luta, cito o exemplo de uma guerreira dentro da profissão de despachante, a quem quero cumprimentar: dona Dolores, despachante número 1 de São Miguel d'Oeste.

Quero parabenizar cada um e cada uma que durante esses 35 anos fez história dentro da Adotesc, pois o despachante serve não somente para regularizar a documentação dos veículos em todo o estado catarinense, mas também como uma escola para o restante dos estados brasileiros. Santa Catarina é exemplo de trabalho sério, honesto, feito por todos os despachantes.

É notável como evoluiu a nossa Adotesc, como evoluiu o sistema de trânsito no estado de Santa Catarina. Eu sou do tempo em que para transferir um veículo de outro estado para Santa Catarina, levávamos de seis meses a um ano e meio para receber as benditas negativas de multa, porque vinham pelo Correio e demoravam. Para agilizar um pouco mais, pegávamos um ônibus do amigo Reno Caramori e vínhamos do extremo oeste para o litoral buscar a tal certidão negativa e tentar agilizar toda a tramitação, porque era o único meio de transporte que tínhamos à época para baratear o custo, porque era difícil desempenhar as funções e diminuíamos os custos para ver se sobrava um troco no final do mês. Hoje essas dificuldades todas foram superadas e no próprio escritório do despachante é emitido o licenciamento.

Logicamente o trabalho feito pela Adotesc serve de exemplo para outros estados porque é realizado com muita seriedade. E como falávamos há pouco com um despachante de Blumenau, a associação, com seus 35 anos de trabalho, já poderia até se aposentar, mas

se seguir nessa evolução toda não dá para aposentar-se, tem que ficar para sempre, porque está dando certo.

Parabéns a todos vocês em nome da bancada do PMDB! Muito êxito à Adotesc, às entidades que ela congrega e a cada um de vocês que acredita nessa profissão digna e faz dela um exemplo para o nosso país.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Convido a mestre-de-cerimônias, Juliane Gonçalves Rocha, para proceder à nominata dos homenageados.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Juliane Gonçalves Rocha) - A Associação dos Despachantes de Trânsito do Estado de Santa Catarina - Adotesc - foi fundada em 7 de maio de 1977 com o objetivo de organizar, coordenar, unir e capacitar os despachantes de Santa Catarina.

Nesses 35 anos de trajetória, a associação conquistou reconhecimento nacional como exemplo de organização e profissionalismo, tanto que hoje é considerada a mais organizada do Brasil, contando com cerca de 800 associados.

Ligadas à Adotesc existem atualmente 22 associações regionais cobrindo todo o território catarinense para facilitar a integração da classe.

A atual gestão é presidida pelo despachante Mauro Antônio Schnaider Filho, com um histórico de participação contínua na história da Adotesc.

A associação teve a honra de contar ainda com a liderança dos seguintes nomes: Armando Bauer Liberato, *in memoriam*; Antônio Sestrem, *in memoriam*; Ademar Faccioli e Jaime Alceu Depinê.

Adotesc, a força de uma associação com a eficiência do despachante de trânsito!

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem à Associação dos Despachantes de Trânsito do Estado de Santa Catarina pela passagem dos seus 35 anos, servindo de exemplo como a associação mais organizada do país, com o objetivo de coordenar, unir e capacitar os associados, na integração dos componentes da classe e satisfação das necessidades da sociedade em geral.

Convido o sr. deputado Moacir Sopelsa, primeiro-vice-presidente da Casa, e o sr. deputado Darci de Matos, representando o Partido Social Democrático, para fazerem a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, ao sr. Mauro Antônio Schnaider Filho, presidente da associação.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, o Poder Legislativo presta homenagem às associações regionais.

Convido os srs. deputados do Partido Social Democrático para fazerem a entrega da homenagem ao sr. Walter Santos Flores, presidente do Conselho de Administração da Adotesc, neste ato representando as associações regionais.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir a Adotesc presta suas homenagens.

Convido o sr. Mauro Antônio Schnaider Filho e o sr. Walter Santos Flores para fazerem a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. deputado Moacir Sopelsa, neste ato representando o Parlamento catarinense.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. deputado Darci de Matos.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. César Augusto Grubba, secretário de estado da Segurança Pública.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Vanderlei Olívio Rosso, diretor-geral do Detran.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para fazer a entrega da homenagem o sr. Ademar Facciochi, de Concórdia, ao sr. deputado Moacir Sopelsa, primeiro-vice-presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido o sr. Vitor Essig, da região de Rio do Sul e do alto vale de Itajaí, para homenagear o sr. deputado Jailson Lima, primeiro-secretário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido o sr. Edison de Oliveira Filho, da regional de Joaçaba e do vale do rio do Peixe, para entregar a homenagem ao sr. deputado Reno Caramori, segundo-secretário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido a sra. Dolores Carmen Fontana, da regional de São Miguel d'Oeste e extremo oeste de Santa Catarina, para fazer a entrega da homenagem ao sr. deputado Mauro de Nadal.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido o sr. Lino Deparis, da regional de Chapecó, para fazer a entrega da homenagem ao sr. deputado Daniel Tozzo.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Neste momento a Adotesc presta homenagem às regionais.
Convido o sr. Mauro Antônio Schnaider Filho para fazer a entrega das homenagens.
Convido para receber a homenagem o sr. Darci Cidade, presidente da Associação Regional de Florianópolis.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber para receber a homenagem o sr. Walter Santos Flores, da Associação Regional de Joinville.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Israel Furtado, da Associação Regional de Blumenau.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Aloisio Sedrez, da Associação Regional de Itajaí.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Rogério Mendes Domingos, da Associação Regional de Tubarão.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Dorcino Rosa Neto, da Associação Regional de Criciúma.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Vitor Essig, da Associação Regional de Rio do Sul.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para fazer a entrega das homenagens o sr. Lédio Scarpato.
Convido para receber a homenagem o sr. Edison de Oliveira Filho, da Associação Regional de Joaçaba e vale do rio do Peixe.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Wolnei Luiz Coelho, da Associação Regional de Lages e do planalto.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Lino Deparis, da Associação Regional de Chapecó.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem a sra. Dolores Carmem Fontana, da Associação Regional de São Miguel d'Oeste e extremo oeste de Santa Catarina.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Ademar Facciochi, da Associação Regional de Concórdia.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido o sr. Osnilo Osmar Silveira para fazer a entrega das homenagens.
Convido para receber a homenagem o sr. José Nazário, da Associação Regional de Araranguá.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Sérgio José Colombi, da Associação Regional de Brusque.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Dilvan Carlos Palla, da Associação Regional de Xanxerê.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Luiz Milton Suchek, da Associação Regional de Canoinhas.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Cadimos Weber, da Associação Regional de Jaraguá do Sul e vale do Itapocu.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Orlando Miguel, da Associação Regional de Ituporanga.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Paulo Henrique Dalago Müller, da Associação Regional de Balneário Camboriú.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. José de Souza Filho, da Associação Regional de São José e Palhoça.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Gostaria de registrar a presença do vereador Odir Nunes, presidente da Câmara de Vereadores de Joinville.
Convido para fazer uso da palavra o sr. Vanderlei Olívio Rosso, diretor-geral do Detran de Santa Catarina.
O SR. VANDERLEI OLÍVIO ROSSO - Cumprimento o presidente desta sessão, deputado Moacir Sopelsa; o secretário de Segurança Pública, César Antônio Grubba, que aqui representa o nosso governador João Raimundo Colombo.
Cumprimento e parabênico o nobre deputado Darci de Matos por esta bela homenagem aos despachantes de Santa Catarina.
Cumprimento também o amigo pessoal de longa data, deputado Reno Caramori, com quem tive o prazer de conviver nesta Casa durante quatro anos como deputado estadual, sendo o segundo-vice-presidente deste Parlamento por um ano.
Cumprimento o nosso presidente da Associação dos Despachantes, o amigo Mauro Schnaider Filho.
Cumprimento os amigos José Nourival Velho e José Fernandes Neto, presidente da Creditran, como também o meu amigo Walter Santos Flores, de Joinville.
Meus cumprimentos aos despachantes homenageados que são os presidentes regionais, senhoras e senhores, quero dizer que é uma satisfação estar nesta sessão especial.
Quando o deputado Darci de Matos, juntamente com sua bancada, propôs a realização desta sessão especial através de requerimento, que foi aprovado por todos os deputados e deputadas desta Casa, para prestar esta homenagem muito merecida pelo excelente trabalho ao qual venho acompanhando nos últimos 5 anos, fiquei extremamente feliz, porque eles têm sido grandes parceiros do serviço prestado pela SSP, através do Detran, ao povo catariense.
Por isso, quero parabenizá-los e dizer-lhes que é nosso desejo continuar a fazer esse trabalho conjunto. Há um entrosamento muito grande nesse trabalho e discutimos muito as ações do Detran juntamente com os despachantes, nossos credenciados e parceiros de luta. Se eles têm o credenciamento de um órgão público é porque merecem nossa confiança. Portanto, acreditamos que juntos poderemos cada vez prestar melhores serviços de trânsito para o povo do estado de Santa Catarina.
Dizia há pouco ao secretário César Grubba, na secretaria da Fazenda, que a nossa frota cresce bastante e o serviço do Detran também, pois se trata de um órgão arrecador

e administrativo do estado, que presta grandes serviços para a secretaria de Segurança Pública, dando-lhe, inclusive, suporte financeiro.

Portanto, precisamos dessa parceria de vocês para prestar um serviço de primeira qualidade ao cidadão, que é o que desejam o governador Raimundo Colombo e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, porque ele paga por esse serviço, portanto, merece ser bem atendido pelos órgãos competentes.

Por isso, quero parabenizar o Mauro e toda a equipe de comando da Adotesc pelo belo trabalho que vêm desenvolvendo. Cumprimento também os ex-presidentes que participaram dessa associação, dessa organização tão harmoniosa.

Atualmente temos 405 Centros de Formação de Condutores - os CFCs - credenciados no estado, credenciamentos antigos, que por meio de liminares estão abarcados por um Termo de Ajustamento de Conduta e que contam com quatro associações. Já a categoria dos despachantes conta com apenas uma associação. Olhem a diferença! A verdade é que a Adotesc é uma entidade muito organizada, que presta um bom serviço naquilo que foi autorizada pelo Detran a fazer.

Por isso, gostaria de parabenizá-la pela passagem dos seus 35 anos. Continuem assim organizados porque o conjunto de pessoas é muito mais importante do que uma pessoa apenas.

Não posso deixar de agradecer, neste momento, o apoio que recebi do ex-governador Luiz Henrique da Silveira; do atual governador Raimundo Colombo; do vice-governador Eduardo Pinho Moreira; e também do nosso secretário César Augusto Grubba, que não mede esforços para atender às reivindicações do Detran.

Sabemos de todas as dificuldades que a secretaria de Segurança Pública enfrenta e do grande envolvimento exigido por parte do secretário que, apesar de tudo isso, tem-nos atendido com muita educação, de forma objetiva e franca. Por isso, nesta noite e na presença de todos, gostaria de agradecer-lhe.

Gostaria de dizer aos deputados - e fiz parte deste Parlamento por quatro anos - que muito me honra estar aqui, tendo em vista o belo serviço que este Poder presta ao estado. Sabemos que aqueles que ocupam um cargo público perdem toda a privacidade, seja prefeito, secretário de estado, deputado, enfim, não há dia nem hora para trabalhar, e os deputados aqui presentes sabem que quem passa por esta Casa adquire uma grande experiência pelo grande serviço prestado à sociedade catarinense.

Parabenizo as sras. deputadas, os deputados e deixo também o meu abraço ao presidente, deputado Gelson Merisio.

Agradeço o convite, a homenagem, e gostaria de desejar que a união dessa associação continue sempre porque traz coisas boas para vocês, para o usuário e para o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Convido para fazer uso da palavra o sr. Mauro Antônio Schnaider Filho, presidente da Adotesc.

O SR. MAURO ANTÔNIO SCHNAIDER - Gostaria de cumprimentar o presidente desta

sessão, deputado Moacir Sopelsa; o sr. secretário de Segurança Pública, César Grubba, que neste ato representa o governador Raimundo Colombo, a quem gostaria de agradecer pelo empenho e atenção para com a nossa associação.

Muito especialmente, gostaria de agradecer ao proponente desta festa, que me deixa emocionado, deputado Darci de Matos.

Darci, em nome de toda a diretoria da Adotesc, de toda a classe aqui representada, dos presidentes regionais que vieram de todos os lugares do estado de Santa Catarina, o nosso muito obrigado.

Deputado, o nosso muito obrigado, o senhor pode contar com o nosso apoio, assim como todos os deputados desta Casa, que receberam uma placa de agradecimento, porque foi uma satisfação ouvir os pronunciamentos informando que esta sessão especial foi aprovada por unanimidade por este Parlamento para homenagear os 35 anos da Adotesc.

Gostaria de agradecer mais uma vez ao governador, Levem, por favor, o nosso forte abraço a ele.

Quero agradecer também ao secretário César Grubba e ao diretor-geral do Detran, Vanderlei Rosso, meu particular amigo.

Agradecendo a Francisco Wollinger, agradeço a todos os diretores do Detran. O nosso muito obrigado! Peço-lhes desculpas pelo aborrecimento e perturbação diários lá no Detran, mas isso faz parte do nosso serviço e demonstra o carinho dos senhores em nos receberem em seus departamentos.

Gostaria de agradecer ainda a presença do coronel Rufino, que nos tem atendido muito educadamente e com muita sinceridade no Ciasc.

Gostaria de agradecer ao presidente do Instituto e do CRDD, José Norival Velho, diretor da Adotesc e também meu amigo particular.

Agradeço também ao sr. Walter Santos Flores, presidente do conselho de administração, que representa os 22 presidentes regionais do estado.

Por fim, agradeço a presença do sr. José Fernandes Neto, presidente da Creditran e presidente, juntamente comigo, do Fundo de Previdência. Podemos dizer que a classe dos despachantes do estado de Santa Catarina tem um banco, srs. deputados. Hoje nós temos a felicidade de ser o maior arrecadador, porque passamos o Banco do Brasil no que se refere a depósitos de tributos que os despachantes podem receber.

É uma satisfação para mim, como humilde despachante e presidente dessa classe, contar com a presença de todos vocês. Agradeço a todos os presidentes regionais que conseguiram trazer os seus associados para mostrar aos deputados, para mostrar aos catarinenses que somos uma classe unida, uma classe de respeito. Por isso pedimos aos srs. deputados que sem apoiem os nossos projetos. São projetos honestos e dignos de ser aprovados.

Queria também, neste momento, agradecer a todos os que se encontram nas galerias, que estão atrás do plenário, dizendo, do fundo do meu coração, que tenham todos um bom retorno, que cheguem as suas casas da mesma forma que as deixaram, são e salvos.

Agradeço novamente a todos os presidentes regionais que se dedicaram para que esta festa acontecesse da melhor forma possível e que fosse um sucesso à altura do Parlamento catarinense.

Quero agradecer ao presidente, deputado Gelson Merisio, e dizer que Adotesc está à disposição desta Casa para tudo o que for necessário. Digo a todos os senhores que venho sempre com a maior transparência possível para não trazer transtorno a ninguém.

Agradeço a todos, agradeço à minha esposa pelo empenho e pela ajuda que tem-me dado e peço a Deus, Arquiteto do universo, que ilumine todos vocês e que tenhamos muito sucesso.

Queremos ser parceiros da Assembleia Legislativa, do governo, da secretaria, do Detran e do Ciasc. Que tenhamos o apoio de todos para podermos bem desempenhar o nosso trabalho, mostrando a todos que somos competentes, honestos e trabalhadores.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Eu gostaria de cumprimentar mais uma vez o sr. Mauro Antônio Schnaider, presidente da Associação dos Despachantes do Estado de Santa Catarina e em seu nome cumprimentar toda a diretoria e o meu amigo particular Lourival.

Quero cumprimentar o deputado Darci de Matos, que foi o proponente desta sessão de homenagem aos despachantes, o secretário César Grubba, que aqui representa o governador Raimundo Colombo, os deputados Reno Caramori, Daniel Tozzo, Mauro de Nadal e Jailson Lima.

Em nome de Ademir Facciochi, presidente da Associação dos Despachantes da Região de Concórdia, cumprimento todos os homenageados desta noite.

Em nome da Assembleia Legislativa, em nome do presidente, deputado Gelson Merisio, enfim, dos 40 deputados, quero deixar o meu reconhecimento da importância do trabalho dos despachantes de Santa Catarina. A segurança que vocês oferecem para todos os usuários e para a própria secretaria de Segurança Pública, a facilitação e o conforto que são dispensados aos cidadãos catarinenses merecem de todos nós o reconhecimento e o aplauso.

Parabéns a todos em nome deste Parlamento e que possamos comemorar por muitos e muitos anos os aniversários da Adotesc e a lealdade e seriedade dos despachantes em Santa Catarina.

Neste momento ouviremos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento e antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 10h, conforme calendário especial.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 050ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO VALMIR COMIN - Reporta-se ao comprometimento da presidente Dilma Rousseff com a duplicação do trecho sul da BR-101.

DEPUTADO DANIEL TOZZO - Manifesta preocupação com o oeste de Santa Catarina; reporta-se à audiência pública da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.

DEPUTADO DIRCEU MATOS - Fala na homenagem pela bancada do PSD pelos 35 anos de história da Adotesc; reporta-se aos catarinenses que estão sem assistência jurídica gratuita.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Analisa a possibilidade de recuperação das pessoas que caem na criminalidade; defende a Defensoria Dativa.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Posiciona-se com relação à aprovação da Resolução n. 72 e seus reflexos.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a Lei da Transparência.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Presta homenagem aos assistentes sociais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Nesta manhã os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, na manhã desta quarta-feira gostaria que a assessoria colocasse um vídeo da nossa presidente Dilma Rousseff, relacionado à duplicação do trecho sul da BR-101.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Passa a ler.)

“O que acabamos de ouvir, sr. presidente, é mais do que uma declaração, é

um compromisso de ninguém menos do que a chefe da nação, a presidenta Dilma Rousseff. É uma declaração emblemática, que mostra a firme determinação da presidenta em ver concretizada na sua totalidade uma obra que, sem exageros, podemos chamar de espinha dorsal do estado catarinense - a duplicação da BR-101 -, que está incompleta no trecho sul, de Palhoça aos limites com o estado do Rio Grande do Sul.

Se a própria presidenta da República está determinada na conclusão da duplicação no trecho sul, se é clara a sua vontade, por que a obra está nesse estado de letargia? O que está faltando? Trata-se de uma obra que se arrasta há 16 anos, cujo término vem sendo constantemente adiado. Aliás, foi tantas vezes adiado que ninguém mais se arrisca, deputado Altair Guidi, a precisar uma data exata.

A Federação das Indústrias de Santa Catarina - Fiesc -, também cansada de aguardar por um desfecho positivo dessa verdadeira novela, pediu uma análise à Saporiti Engenharia, que foi mais afirmativa: “A duplicação da BR-101, entre Palhoça e Osório, no Rio Grande do Sul, somente deverá ficar pronta no final de 2016”, ou seja, dois anos após o país sediar a Copa do Mundo. Resta saber como nós, catarinenses, poderemos conviver com essa situação até lá.

O Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre - DNIT - previu para dezembro do ano passado a conclusão dos lotes 22 e 23 (Palhoça a Paulo Lopes e Araçatuba a Itapirubá), o que não aconteceu. Para a Fiesc, esses lotes apenas deverão estar concluídos no final de 2012. Uma previsão que falhou pela diferença de um ano! O lote 25, que vai de Itapirubá a Capivari de Baixo, onde há obras consideradas críticas (viaduto de acesso ao KM 37, Santiago, Estiva, Vida Flor e Capivari de Baixo, além da ponte sobre o rio Capivari), segundo o DNIT, estará concluído em julho do ano em curso. Mas os estudos da Fiesc dizem que não, que ficará para julho do ano que vem.

Há ainda vários entraves para a conclusão da obra de duplicação, como os túneis do Morro dos Cavalos, a ponte do canal de Laranjeiras, o túnel do Morro do Formigão, a duplicação e acessos a Laguna, além da recuperação de três pontes - conforme aponta o levantamento da Fiesc, pelo visto, bem mais preciso do que as previsões do DNIT.

Dos 260km do trecho duplicado restam ainda 39km. A restauração da pista antiga atingiu 188km dos 240km, sendo 39km remanescentes. Das 166 passarelas projetadas, somente 24 foram executadas. Apenas no que diz respeito aos viadutos, a obra da duplicação mostra alguma celeridade: restam apenas quatro por fazer, de um total de 34.

Diante desse quadro, o presidente da Fiesc, Glauco José Côrte, desabafou: “Temos ainda cinco anos de obras, o que, além das perdas de vidas, significa prejuízos para a economia catarinense”. E vai mais além, dizendo que hoje há setores que contabilizam perdas, como o das transportadoras, e que precisamos mensurar isso para pensar em um ressarcimento pelo governo federal.

Esse levantamento da Fiesc foi encaminhado ao governo federal. E o que diz o DNIT? O DNIT garante que o atraso se deve à complexidade da obra, que por ser de um órgão federal tem uma burocracia muito grande, como prazos e licenças. O rompimento com uma empresa, por exemplo, pode levar até um ano.

Em vez disso, para que a promessa da presidenta da República possa finalmente ser cumprida, para que todos os catarinenses e os que aqui vivem possam ver essa demorada obra ser concluída, conclamo toda a sociedade - suas lideranças políticas, empresariais, de todos os setores, para que se unam e insistam na conclusão da duplicação do trecho sul da BR-101. Apenas com a força da nossa união, com a nossa persistência, poderemos quebrar esse verdadeiro tabu.

Vou fazer a minha parte e vou procurar reiteradas vezes, quando aqui fizer meus pronunciamentos e também na comissão dos Transportes, lembrar sempre da declaração da nossa presidenta. Entendo essa obra como a espinha dorsal para o escoamento da produção de Santa Catarina, como a rota que integra o Mercosul, e acredito na sensibilidade, no poder e no grande governo que a presidente Dilma vem fazendo no Brasil, mas vem deixando a desejar com relação ao trecho sul da BR-101.

Criticaram e muito o ex-presidente Fernando Henrique, mas nos oito anos que por lá passou duplicou o trecho norte da BR-101. Passados os oito anos do governo Lula, o trecho sul não foi concluído e apesar da promessa da presidenta de que embora o governo Lula não tivesse concluído as obras, ela iria fazê-lo nos primeiros meses do seu governo, isso não aconteceu. Já estamos com um ano e meio do seu governo, vai chegar a dois anos e, quem sabe, até o mandato inteiro e o nosso sonho não será concretizado. Apesar de tudo, acredito ainda nas palavras da presidenta Dilma Rousseff.

Acho que a sociedade catarinense, a bancada federal catarinense, os nossos senadores e o governo do estado precisam ser os motivadores e sigam o exemplo do governo do Rio Grande do Sul, que capitaneou o processo da duplicação e conseguiu a obra. Se o governo fizer a sua parte, a sociedade colabora para o êxito da sua proposição.”

Por essa razão faço um apelo veemente a v.exas., à bancada do Partido dos Trabalhadores, à bancada governista, inclusive à do meu partido, que também dá sustentação ao governo federal, à presidente Dilma Rousseff, no sentido de que nos unamos e cobremos uma posição que nos é de direito, com relação a esse débito que o governo federal tem para com o estado de Santa Catarina.

Era isso, sr. presidente, srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Daniel Tozzo, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, nossos amigos que nos estão ouvindo pelos recursos tecnológicos que a Casa dispõe, é uma grande satisfação estar aqui, hoje, e relatar alguns episódios, alguns acontecimentos que vêm deixando preocupado o oeste de Santa Catarina. Tenho que continuar falando nisso, porque na semana passada não chegamos a uma conclusão devido ao tempo.

A seca no oeste de Santa Catarina, que tanto preocupa, está trazendo uma série de reflexos econômicos. E como muito bem comentou o deputado Mauro de Nadal, nesses últimos dias, não é o problema de falta de chuva no estado, pelo contrário, tem até excesso, o que falta é armazenamento de água.

Hoje as empresas que dependem da produção agrícola estão com faturamento baixo, algumas até abaixo do ponto de equilíbrio. Vemos o estado de Santa Catarina reclamando que a arrecadação está diminuindo devido a algumas mudanças nesses últimos meses. Isso nos faz refletir muito a respeito.

Se esse dinheiro destinado à seca, cerca de R\$ 60 milhões para investir em prevenção, começar a ser liberado de forma lenta e as prefeituras não fizeram o seu papel, efetivamente, de forma ágil, como tem que ser, no ano que vem estaremos com o mesmo problema e com o mesmo discurso. Confesso que nos meus 35 anos de vida cresci ouvindo falar na estiagem no oeste de Santa Catarina. Sempre é o mesmo discurso. O problema não é porque falta água, o problema é que não se armazena!

Então, espero que esses recursos sejam bem aplicados e que as propriedades rurais e as empresas tenham condições de armazenar água, para que no ano que vem não tenhamos queda de faturamento, de produção e para que o problema econômico não se transforme num problema social mais na frente.

Entendo que o problema não existe apenas no meio rural e na produção, mas também nos perímetros urbanos. Então, quero dirigir-me às comunidades de Chapecó, Xanxerê, Xaxim, Cordilheira Alta, Coronel Freitas e Nova Itaberaba, que querem saber como está o andamento de um projeto anunciado no oeste de Santa Catarina, que foi muito aplaudido e que é necessário.

Como é sabido, Chapecó tem um sistema de abastecimento de água precário. A cidade cresce muito, é uma das que mais crescem em Santa Catarina. Tenho até muito orgulho de dizer que é uma das principais cidades do sul do Brasil em nível de produção, com toda certeza. Mas a continuidade desse *status* depende, sim, de um projeto bem elaborado.

Teremos provavelmente, na próxima semana, uma audiência com o presidente da Casan para vermos como está o andamento desse projeto e queremos colocar-nos à disposição dos prefeitos dos municípios envolvidos, pois a comunidade espera que isso realmente aconteça.

O problema da água no nosso grande oeste é fácil de resolver. Precisávamos de dinheiro, recursos e vontade. Isso nós já conseguimos. Agora, os produtores precisam trabalhar e os homens públicos têm que fazer a sua parte com agilidade para resolver o problema.

Outra grande preocupação de todos é o andamento das obras do aeroporto de Chapecó. Quero dizer a todos os catarinenses que estive visitando no domingo, Dia das Mães, ao fazer um passeio com a minha família, o aeroporto de Chapecó e gostei do que vi. Acho

que as obras estão em ritmo acelerado e quero parabenizar as empresas, a prefeitura, enfim, todas as esferas que estão liberando recursos para o andamento da obra, porque se continuar assim, teremos antes do prazo o aeroporto funcionando novamente, melhorando as condições do setor hoteleiro, que vem passando por problemas de queda de faturamento devido à ausência de pousos de aeronaves na cidade.

Sr. presidente, ontem, tive a oportunidade de substituir a deputada Luciane Carminatti, presidente da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, numa audiência pública no plenarinho desta Casa. Fui convidado e, por ser uma deputada da minha cidade, Chapecó, senti-me na obrigação de representá-la, tendo em vista que estaria viajando.

Quero dizer a todos que foi uma oportunidade de aprendizado insuperável. Essa audiência pública foi solicitada pela Associação Beneficente São Dimas, para apresentar o trabalho da Apac - Associação de Proteção e Assistência ao Condenado -, que funciona muito bem no estado de Minas Gerais. Na ocasião ouvimos depoimentos de condenados, de juizes, enfim, de pessoas que estão à frente desse projeto que vem obtendo resultados maravilhosos.

Jamais querendo proteger bandido, temos que reconhecer que o sistema carcerário nacional é precário. Após cumprir a sua pena, 70% dos apenados voltam a delinquir. Então, não há dúvida de que há algo errado, que o sistema precisa ser modificado. Após cumprir a pena, todos sonham em voltar ao convívio social. Agora, se de cada 100 apenados soltos, 70 voltam aos presídios, o estado não tem como aguentar o alto custo disso, sem falar que o sistema prisional não estará servindo para redimir, mas para capacitar para mais crimes.

Ontem tivemos a oportunidade de ver um projeto que dá certo. Os apenados trabalham, convivem, ouvem palestras, conversam com juizes de uma forma que emocionou todos que estavam na audiência.

Eu só escrevi algumas palavras que quero repetir: quebra de paradigma, trabalho, dignidade, nova vida, educação, escola, espiritualidade. Mas o que mais me chamou a atenção é que dos ex-apenados que participam do projeto nenhum deles, depois de cumprir a pena, voltou para a prisão. E um detalhe, nenhum deles fugiu. Nenhum preso fugiu. Imaginem a pessoa sair da cela e ir para o local de trabalho, livre, com portas abertas, com chave na mão, com computador, telefone, e ninguém fugir!

Realmente é um projeto que deve ser copiado, que deve ser acompanhado e que deve fazer a nossa sociedade refletir. Certamente esse mundo precisa mudar em todas as esferas. E ontem aprendi muito. Foi uma verdadeira palestra. É claro que existem casos nos quais não há como aplicar esse tipo de projeto. Mas nas situações que devem ser aplicadas que se aplique, de maneira correta, digna, dando oportunidade às pessoas que podem, sim, ter uma segunda chance na vida!

Então, nossos parabéns à Apac, às pessoas que estão com o projeto, porque realmente foi um belo aprendizado. E aproveito a oportunidade para convidar os srs. deputados desta Casa para acompanharem e lerem a respeito do trabalho da Apac no estado de Minas Gerais.

Quero dizer que esta semana estarei na região de Joaçaba e em Erval Velho, Xaxim e Xanxerê cumprindo agenda, atendendo à

solicitação dos prefeitos, colocando-me à disposição para continuar o trabalho na busca de recursos para a nossa região oeste.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, que dividirá o tempo de 14 minutos com o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo, dentro dos sete minutos de que disponho, pois os próximos cederei ao deputado Maurício Eskudlark, falar sobre dois assuntos.

O primeiro assunto diz respeito à sessão especial realizada nesta Casa na noite de ontem, que contou com a presença dos deputados Mauro de Nadal, Daniel Tozzo, Dieter Janssen, Reno Caramori e Jailson Lima, uma homenagem da bancada do PSD aos 35 anos de história, de serviços prestados e de luta da Adotesc - Associação de Despachantes Oficiais de Trânsito do Estado de Santa Catarina.

Foi uma das sessões mais concorridas deste ano. Havia, aproximadamente, 400 despachantese contou também com a presença do secretário da Segurança Pública, César Grubba, do diretor-geral do Detran, Vanderlei Rosso, e de outras autoridades.

Deputado Dieter Janssen, os despachantes possuem algumas entidades organizadas, como a Creditran, que é uma cooperativa, possuem um instituto que trabalha o viés da cidadania, possuem sindicatos que fazem a parte de defesa da política sindical da categoria, além de um instituto de previdência privada e de 22 regionais.

Os despachantes de Santa Catarina são considerados os mais organizados do Brasil. É o único estado onde realmente funciona esse sistema, tudo por conta da Adotesc, que dá condições aos profissionais de fazerem o licenciamento dos veículos no seu escritório.

A Adotesc tem fé pública, é uma entidade de utilidade pública, que tem um convênio com o governo do estado, com as secretarias da Fazenda, da Administração e da Segurança Pública. Os despachantes são parceiros no estado na arrecadação e na emissão de documentos, facilitando a vida do contribuinte catarinense. Por quê? Porque muitas vezes o poder público não tem estrutura e não dá a devida celeridade no despacho da documentação, deputado Daniel Tozzo. Por isso os despachantes, através dessa parceria com o governo do estado, facilitam a vida do povo catarinense.

Quero dizer também que eles geram, aproximadamente, 5.000 postos de trabalho diretos e são em torno de 800 despachantes organizados no estado de Santa Catarina.

Portanto, aos despachantes, aos empresários desse ramo em Santa Catarina os nossos elogios, os nossos parabéns, o nosso incentivo e a nossa admiração pelo excepcional trabalho que realizam em parceria com o governo do estado, facilitando a vida do catarinense.

Quero também, sr. presidente, fazer menção ao requerimento de minha autoria que foi aprovado há pouco na comissão de Finanças e Tributação da Assembleia.

Todos acompanhamos, através da imprensa, que as seccionais da OAB suspenderam, com uma boa dose de razão, a assistência jurídica aos trabalhadores carentes de Santa Catarina. E como diz o caboclo, a corda sempre arrebenta no lado mais fraco. E a parte mais fraca, neste momento, são os trabalhadores do estado, que estão absurda e vergonhosamente sem assistência jurídica.

A OAB, deputado Elizeu Mattos, tem para receber do governo do estado R\$ 90 milhões, dívida de governos anteriores. E quem está sendo prejudicado são os trabalhadores que estão sem assistência jurídica. Os advogados que estão no início da carreira é que fazem a Defensoria Dativa, que funciona muito bem em Santa Catarina. Então, não são os advogados ricos e renomados, são os advogados iniciantes que têm esse débito com o governo do estado.

O governador Raimundo Colombo, numa ação rápida, recebeu a OAB e está tratando de um cronograma de pagamento. O governo do estado repassa R\$ 2 milhões por mês para a OAB, mas é preciso aumentar esse repasse, deputado Neodi Saretta, v.exa. que também é advogado, para que possa quitar a dívida e pagar os honorários mensais.

Portanto, apresentei o requerimento que foi aprovado na comissão de Finanças e Tributação e estou convidando, sob a liderança do presidente da comissão, deputado Marcos Vieira, o secretário da Fazenda, o procurador-geral do Estado e o presidente da OAB para que possamos agilizar e definir um cronograma de pagamento, a fim de que a OAB volte a prestar assistência jurídica aos trabalhadores carentes do nosso estado.

Com certeza haveremos de encontrar uma solução e resolver definitivamente essa questão, além do que, srs. deputados, o projeto de criação da Defensoria Pública virá para esta Casa e vamos defender uma assistência compartilhada, ou seja, Defensoria Pública e Defensoria Dativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário do PSD, ocupará o restante do tempo o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero agradecer a deferência do nosso líder, deputado Darci de Matos, e saudar todos que nos acompanham nesta sessão.

Sr. presidente, essa questão da Defensoria era previsível e vai ficar pior ainda, porque tínhamos um modelo exemplar. Tínhamos em torno de sete mil advogados cadastrados no estado, que davam assistência jurídica, sendo indicados nas mais diversas especialidades para fazerem a defesa das pessoas carentes.

Vamos criar mais uma estrutura enorme, porque a Defensoria Dativa é mais do que um Ministério Público em estrutura, e ainda capenga, porque não haverá representantes em todos os municípios do estado. E se não houver esse convênio, essa atuação conjunta com os advogados da OAB, o serviço ficará incompleto, caro e a estrutura poderá ser mais um elefante branco em Santa Catarina.

Então, o modelo de Defensoria Dativa de Santa Catarina era eficiente, próxima do cidadão e dava oportunidade aos novos advogados do estado e aos antigos também, porque muitos deles faziam questão de dar sua quota de apoio à Justiça catarinense e ao cidadão necessitado.

Portanto, se tivermos uma solução híbrida, que tenha a participação de uma organização, que já será cara, de Defensoria Pública nos moldes que se apregoa e se ela tiver um trabalho conjunto com a OAB, ainda haverá a possibilidade de atender ao povo catarinense em todos os municípios; senão, estaremos condenando o cidadão que não tem condições de arcar com as despesas de advogado a ficar sem apoio, sem atendimento na questão dos seus direitos.

Srs. deputados, por que os advogados não querem atender? Porque se a lei foi declarada inconstitucional, se não está mais em vigor, vão receber de quem? O estado não vai poder pagar, porque o Supremo Tribunal declarou a lei existente inconstitucional e para efetuar o pagamento precisa ser com base em alguma lei. Então, se a legislação não existe, a OAB não tem como atender. Não é desforra nem falta de vontade da OAB; o que está ocorrendo é que estão agindo com coerência, porque eles não têm um embasamento legal para receber esse pagamento; portanto, dessa forma não vão prestar o serviço, porque ficarão a descoberto.

Então, os defensores dativos da OAB, nomeados pela Justiça, estavam atendendo a todos os casos para os quais foram nomeados quando da vigência da lei, mas agora que a lei foi revogada, não há como continuar a fazê-lo. Dessa forma criou-se um vácuo que está prejudicando todos e deve-se buscar, efetivamente, uma alternativa.

O problema não é da OAB, repito, que através dos seus advogados no estado sempre fez uma defesa responsável e competente do cidadão catarinense, mas agora não pode continuar fazendo em razão de não existir amparo legal para continuar esse trabalho.

Gostaria de abordar, ainda, um tema já citado pelo deputado Daniel Tozzo, que diz respeito à recuperação das pessoas que caem na criminalidade, o que é muito importante, mas difícil.

Gostaria de dizer, deputado Daniel Tozzo, que realmente é difícil, porque em parte a lei brasileira é muito frouxa, muito mole, e quem erra, quem pratica pequenos delitos, não vai para a cadeia. Por isso, ela reincide na criminalidade. Para ser preso em nosso país tem que fazer muita coisa, tem que ser latrocida, bandido pesado que, quando liberado, volta a praticar crime, porque convive com isso. Por isso, o índice de reincidência é muito alto, tendo em vista que apenas vai preso quem pratica crimes pesados.

Mas v.exa. falou também dos bons exemplos de recuperação, e cito o trabalho que o padre Wilson Groh faz em Florianópolis e em quase todo o estado de Santa Catarina, um trabalho excepcional, voltado aos jovens, chegando a ponto de fazer essas pessoas entregarem armas, drogas e aceitarem participar de programas sociais desenvolvidos por uma equipe que muito admiro.

Eles oferecem tantas oportunidades aos jovens que até tiveram a iniciativa de abrir uma fábrica de pranchas de surfe, porque não adianta tirar o jovem da criminalidade e oferecer uma alternativa que não está dentro da sua expectativa. Por isso, essa equipe trabalha com o jovem naquilo que ele gosta de fazer, por exemplo, construir pranchas, surfar.

Esse trabalho traz resultados, e há milhares de jovens que já participaram desse processo de ressocialização oferecido pelo padre Wilson e por toda sua equipe, que realmente tem recuperado muitas pessoas. Se não fosse isso, realmente teríamos uma

situação muito mais grave, principalmente na Grande Florianópolis.

Gostaria de falar ainda sobre a audiência pública que teremos na Câmara de Vereadores de Itajaí sobre a duplicação da rodovia Antônio Heil. Estive esta semana também na rodovia TransBeto, uma rodovia bonita que dá acesso ao parque Beto Carneiro, que antes era toda iluminada e agora está no escuro, porque os usuários de *crack*, os traficantes, conseguiram tirar toda a fiação para facilitar a venda de drogas.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, srs. deputados, venho à tribuna desta Casa, no horário do PMDB, para tratar de um assunto de grande relevância para o estado de Santa Catarina. Já foi levantado em outros momentos pelos colegas, mas ainda merece a nossa manifestação e algumas considerações que entendo que precisam ser feitas. Refiro-me à aprovação da Resolução n. 72, transformada na Resolução n. 13, e seus reflexos na economia e no dia a dia do estado de Santa Catarina e dos outros estados do Brasil que também utilizavam essa forma como propulsora de sua economia.

(Passa a ler.)

"No último dia 25 foi aprovada essa resolução por 58 votos favoráveis e dez contrários, que acabou provocando grande preocupação com o Orçamento do estado e dos municípios catarinenses já para o próximo ano. A Resolução n. 13 praticamente põe fim aos debates iniciados em 2010 para tentar barrar as importações consideradas prejudiciais a alguns estados brasileiros.

Com a aprovação da Resolução n. 13 o governo federal venceu a queda de braço contra cerca de dez estados da federação quanto à unificação em 4% da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) para produtos importados, dando fim, a partir de janeiro do próximo ano, aos incentivos fiscais estaduais para movimentação de cargas via portos.

Essa nova alíquota, que entra em vigor a partir de janeiro de 2013, refletiu de maneira drástica em um setor estratégico do desenvolvimento catarinense, que é o setor portuário e retroportuário do estado, localizado nas cidades de Imbituba e de Itajaí."

Falo com conhecimento de causa, porque tive a oportunidade, durante dois anos, de ser diretor do porto de São Francisco do Sul, no período em que o estado de Santa Catarina adquiriu, deputado Daniel Tozzo, toda essa força de referência logística, seja na importação ou na exportação das riquezas brasileiras.

(Continua lendo.)

"Com a alteração dos critérios do ICMS contemplados em regimes especiais pelo estado de Santa Catarina, além de suspender os novos investimentos no *trading* portuário que lida com importações, inibe programas que asseguravam a geração de empregos e a adoção de tecnologia para o aprimoramento dos serviços portuários.

O fim da alíquota diferenciada de ICMS para importações em dez estados,

inclusive o estado de Santa Catarina, que chamavam de guerra fiscal, está ligado ao baixo crescimento da economia brasileira e às fortes pressões de alguns estados e também de alguns setores econômicos.

Entre os que vão ganhar com a alíquota única de 4% para importação está o estado de São Paulo, que já lidera o setor por concentrar grande parte das cargas vindas ao Brasil no porto de Santos e por ter grande parte do mercado consumidor; então, é evidente que o importador de alguns bens de consumo irá levar ao estado paulista as suas cargas.

A única coisa que fica de fora da nova alíquota são os itens importados sem similar nacional e componentes de informática inclusos no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores.

Em vários encontros, o ministro da Fazenda pediu ao governo catarinense que apresentasse uma proposta de transição dos modelos, especificando em quantos anos ocorreria a redução até atingir 4%. Disse também que estaria disposto a discutir as particularidades de alguns setores da economia que se beneficiavam das importações catarinenses, chegando a oferecer compensações para melhorar a infraestrutura e as nossas principais necessidades estruturais.

Parece que tudo isso foi relevado e dificilmente alguma coisa realmente se tornará realidade. Basta lembrar as dificuldades que já temos nas obras de infraestrutura em andamento no estado de Santa Catarina, as lutas pela duplicação das nossas principais rodovias.

Ainda ontem, em encontro com o ministro dos Transportes e o diretor-presidente do DNIT, a comitiva de representantes federais da bancada catarinense recebeu a notícia de que o prometido edital de duplicação da BR-280, que sairia em abril deste ano, acabou não saindo e vai ficar para setembro, atrasando ainda mais essa batalha que já dura 15 anos, no caso do norte catarinense."

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero cumprimentar v.exa. pelo debate e pela coerência na sua exposição sobre o tema da unificação do ICMS.

Concordo que temos que acabar com a guerra fiscal no Brasil e algumas ações são importantes para isso, como a Lei do Simples Nacional, que é para todo o Brasil, e a unificação das alíquotas para a importação. É claro que Santa Catarina sofre, mas acho que estão exagerando na avaliação das perdas do estado. É claro que no primeiro momento vamos ter uma perda, isso é consenso; agora, o estado, num período médio, vai recuperar tudo. Por quê? Porque muitas empresas, associações comerciais e industriais nos procuraram sentindo-se prejudicadas com a excessiva importação de produtos. Estávamos desenvolvendo outros países e não o nosso país e o nosso estado. Então, era preciso resolver essa questão, pois não dava mais para continuar do jeito que estava.

Conversamos muito com empresários do oeste, do grande oeste catarinense, principalmente do setor industrial, que se mostraram muito preocupados, porque perderam competitividade em virtude da concorrência desleal com produtos estrangeiros. Poder-se-ia ter construído um processo de transição, e sempre defendi essa posição, mas não aconteceu. Mas o processo

tinha que ser estancado, pois não estava mais contribuindo, com certeza, para desenvolver Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Concordo com as colocações de v.exa. Até tento levar aqui essas colocações de forma pontual, com a preocupação com as perdas do setor logístico, portuário, retroportuário e também da cadeia produtiva que esses trabalhos geravam.

Mas isso também não vai fazer melhorar a competitividade da empresa brasileira e nem vai diminuir a importação, ela só vai mudar de porto. Mas entendo a sua preocupação com o fortalecimento da indústria nacional e esse também é um foco nosso.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Primeiramente quero parabenizá-lo pela linha de raciocínio, pela coerência do seu pronunciamento e também pela essência das suas colocações acerca dessa questão das alíquotas e da infraestrutura dos portos de Santa Catarina.

A lei do mercado é a da oferta e da procura: que tem produto de qualidade com bom preço, vai atingir qualquer ponto desse planeta.

Essa questão da guerra fiscal é um assunto que vem sendo debatido ao longo dos tempos, e ninguém quer estabelecer renúncias de tipo algum. É claro que a união e o próprio Confaz - Conselho Nacional de Políticas Fazendárias - têm que estabelecer uma política de oportunidades, de igualdade. Já o grau de competitividade, de criatividade e de incentivo é de cada estado.

Penso que a essência de tudo isso está na falta de infraestrutura. O custo dos contêineres para carga e descarga é um absurdo, e é isso que acaba inviabilizando o processo. Hoje, por exemplo, estamos viabilizando a globalização dos navios Panamax que estão atravessando os oceanos com custo reduzido, engessando praticamente a indústria catarinense e nacional.

Por isso precisamos realmente adotar uma política com o propósito específico de melhorar a infraestrutura e modernizar os portos, as vias mestras de escoamento, para acabar com o equívoco do sistema modal que temos, que prejudica todo o desenvolvimento e encarece os produtos nacionais.

Por essa razão parabenizo v.exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Muito obrigado pelo aparte.

O governo catarinense vem alegando que poderá sofrer uma perda de aproximadamente R\$ 1 bilhão por ano, dizendo ainda que é a indústria que se beneficia das importações catarinenses, pois 62% desse volume, deputado Dieter Janssen, é de matéria-prima para ser industrializada em nosso estado ou em outro estado da federação.

Outro assunto importante foi levantado pelo senador Eduardo Braga, do Amazonas, que alertou o governo, num de seus pronunciamentos, acerca da construção civil. Ele afirmou que alguns itens importados para esse setor foram fundamentais para manter o custo do metro quadrado relativamente baixo, viabilizando, inclusive, projetos como o Minha Casa, Minha Vida, que entendo como sendo o grande projeto de inclusão habitacional no Brasil nos últimos anos.

Agora, segundo ele, poderemos ter problemas de abastecimento e de preços em

alguns setores da economia. Teremos uma forte redução na arrecadação do estado com a resolução em vigor, cuja economia tem como lastro o papel significativo do comércio exterior. Para nós, catarinenses, sobrou um grande impacto, e até fiz um levantamento, deputado Altair Guidi: se levamos em consideração a queda de R\$ 1 bilhão na arrecadação, deputado Ismael dos Santos, os 295 municípios catarinenses o quanto perderiam? O município de Joinville deixará de arrecadar em torno de R\$ 24 milhões por ano; Blumenau, em torno de R\$ 13 milhões; Itajaí, R\$ 15 milhões; Jaraguá do Sul, R\$ 10 milhões; São Francisco do Sul, R\$ 3 milhões; Guarani, R\$ 3 milhões; e os municípios menores, entre R\$ 200 mil e R\$ 600 mil, conforme a sua participação no bolo e na divisão do ICMS.

Citei apenas alguns municípios, mas as perdas financeiras atingirão todos os 295, pois 25% do valor do ICMS arrecadado são divididos entre todos os municípios, de acordo com o índice de participação.

Portanto, é o momento de se juntar forças e mostrar que o estado catarinense é capaz de superar isso com trabalho e projetos. O governo já está apresentando algumas medidas para amenizar os impactos da unificação do ICMS, e a primeira delas é no campo fiscal, buscando a redução dos impostos municipais sobre a atividade portuária e retroportuária, a melhoria nas estradas com o apoio do governo federal e o anúncio de um programa de incentivo para investimentos no estado de Santa Catarina.

Para finalizar, apresentamos nesta Casa uma indicação, por sugestão do presidente do BRDE, para que, a exemplo do que aconteceu nas cheias, seja criado, deputado Dirceu Dresch, uma linha de crédito especial para os municípios portuários e retroportuários, via BNDES, bancos oficiais e de fomento, para que consigam manter seus investimentos e atrair novos.

Então, a título de sugestão fizemos esse encaminhamento e registramos a nossa preocupação com os índices de desenvolvimento da economia catarinense.

Muito obrigado, sr. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Carlos Chiodini.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, o Brasil dá mais um passo significativo na construção da democracia no dia de hoje, pois passa a vigorar a Lei n. 12.527, a Lei da Transparência. Após a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, talvez seja essa lei o principal instrumento da sociedade na fiscalização e no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos.

Para nós, do PT, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e todos que nos acompanham pela TVAL e Rádio AleSC Digital, é um grande desafio o exercício da democracia na experiência que construímos em nossos governos municipais e estaduais e no governo federal, com referência ao Orçamento.

Necessitamos que a sociedade nos ajude a definir a estratégia da aplicação do dinheiro público, seja através do orçamento participativo, dos conselhos, seja através das conferências que estamos fazendo com a participação de milhares e milhares de pessoas nas mais diversas áreas, sempre discutindo a

estratégia dos governos na elaboração do Orçamento.

O deputado Padre Pedro Baldissera foi prefeito de Guaraciaba e implementou belas experiências, da mesma forma o deputado Neodi Saretta e o deputado Volnei Morastoni, que foram prefeitos de Concórdia e de Itajaí, respectivamente.

Isso resolve tudo em relação à corrupção? Não, não resolve, mas dá uma grande oportunidade para a sociedade brasileira, através de suas organizações, seus representantes e suas instituições, acompanhar a aplicação do dinheiro público. Isso torna mais transparente a administração pública.

Então, o dia de hoje é especial para o nosso país. Já tivemos experiências positivas e esta Casa mesmo tem avançado também na transparência, através da publicização dos seus atos. Isso é extremamente importante. Outros órgãos já estão usando de mais transparência nos seus atos e nas suas atividades, antes mesmo de entrar em vigor essa lei.

Ainda falando de órgãos públicos, precisamos avançar também nas entidades privadas, tanto as que recebem dinheiro público e que precisam prestar contas, quanto as que cobram da sociedade, através de taxas, como é o caso da capacitação do Sistema 4S, que recebe dinheiro público e não tem ainda a perspectiva de transparência e de divulgação da aplicação desse dinheiro.

Por outro lado, continuamos vendo situações extremamente complexas e preocupantes. Ontem, o Ministério Público de Santa Catarina prendeu 19 pessoas no estado vinculadas a prefeituras, inclusive dois ex-prefeitos.

Esse é um grande desafio, porque muitas vezes a licitação é feita e no Portal da Transparência aparece. Mas como foi feita, se houve caixa dois, não aparece. Então, a luta pela transparência e pela boa aplicação do dinheiro público continua e precisa ser uma das nossas prioridades.

Fizemos um pedido de informação ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, mas nos foi negada a informação, lamentavelmente, por um desembargador. Nós, deputados, temos toda a transparência no exercício do nosso mandato e isso tudo precisa avançar, melhorar, para que de fato, como parlamentares, possamos exercer a nossa função.

Srs. deputados e sras. deputadas, estamos num período de audiências públicas regionalizadas, no qual a sociedade é chamada para ajudar no debate do Orçamento Regionalizado. Há críticas, há reclamações quanto ao resultado desse processo, mas o exercício de ouvir a sociedade, de chamar a sociedade para participar e discutir o Orçamento, é muito importante e deve ser valorizado. Agora, cabe-nos a função de cobrar do governo, a fim de que implemente aquilo que as comunidades regionais e suas lideranças definiram como importante no Orçamento Regionalizado.

Quanto mais respeitadas forem as decisões da comunidade, mais credibilidade o Orçamento Regionalizado vai ganhar, ao passo que a população se afastará do processo se suas decisões não forem acatadas.

No mais, srs. deputados e sras. deputadas, eu responderia ao deputado Darci de Matos sobre a Defensoria Dativa de Santa Catarina que não dá para jogar sobre o

Supremo Tribunal Federal o problema da falta de atendimento dos advogados da OAB à população catarinense.

Se de fato, deputado Maurício Eskudlark, não é mais possível o estado pagar a Defensoria Dativa, ele tem que assumir isso e deixar muito claro. Agora, há uma dívida acumulada e o deputado Darci de Matos afirmou que a OAB não quer mais atender à população catarinense se não receber os mais de R\$ 90 milhões que estão atrasados.

Já afirmei na comissão de Finanças e Tributação que este é o momento para discutirmos a implementação da Defensoria Pública de Santa Catarina para atender à população catarinense. Essa é a nossa expectativa.

Deputado José Nei Ascari, v.exa. que é o relator na CCJ desse projeto, esperamos, no próximo período, fazer as audiências públicas indicadas e aprovar a criação da Defensoria Pública para ajudar a sociedade catarinense, principalmente os mais pobres.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Fim do horário dos Partidos Políticos.

Como não há matéria na pauta da Ordem do dia, passaremos diretamente à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos assistem pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, quero fazer referência a um grupo profissional muito importante para o Brasil e para o estado, que são as assistentes sociais.

Ontem, dia 15, comemoramos o Dia da Assistente Social. Até me inscrevi para falar, mas dada a agenda da Casa e de outros parlamentares, não tive um espaço para prestar uma homenagem ao trabalho que as assistentes sociais fazem pelo engrandecimento, pelo equilíbrio socioeconômico de toda sociedade não somente de Santa Catarina, mas do Brasil.

A Constituição de 1988 representou um grande marco para o Brasil. Seguramente, daqui a algumas décadas será mais evidente a diferença que existe antes e depois da Constituição cidadã.

A postura dos governantes depois da Constituição de 1988 causou grandes mudanças no Brasil. Basicamente, a Constituição estabeleceu os direitos dos cidadãos, além dos deveres que naturalmente cada um de nós tem, mas estabeleceu, principalmente, direitos e evidenciou os direitos das pessoas que têm dificuldades de buscá-los.

As pessoas mais informadas, as pessoas que têm mais acesso à educação, as pessoas, enfim, que têm um nível econômico maior, acabam tendo acesso ao seu direito à educação, à saúde, à alimentação, à moradia, pelas próprias forças, pelas próprias mãos ou porque têm acesso a pessoas de influência. Mas existem grupos sociais que não têm.

Em Santa Catarina, no mínimo 20% da população catarinense passa o mês com menos de meio salário mínimo. Isso parece pouco, mas representa um milhão e 200 mil pessoas, logo, é um grande número de pessoas. E quem faz a identificação, o cadastro, a localização e a condição de moradia dessas pessoas são as assistentes sociais,

que estão estruturadas, que têm conselho regional e federal.

Em nosso estado temos mais de quatro mil assistentes sociais atuantes, temos 11 universidades que formam assistentes sociais. Dos 293 municípios praticamente todos eles têm centros de referência de assistência social. E quem comanda esse atendimento são pessoas qualificadas, ou seja, os assistentes sociais.

Existem mais de 100 Creas - Centros de Referência Especializados da Assistência Social - espalhados pelos municípios. E quem faz essa tarefa, o santo de toda essa ação, são as assistentes sociais.

O Brasil, por uma iniciativa que começou em 1995, com a então primeira-dama Ruth Cardoso, criou vários tipos de apoio às pessoas mais carentes. Depois veio o governo Lula e juntou todos aqueles programas sociais que Fernando Henrique havia criado e formou o Bolsa Família, que hoje atende a 14 milhões de famílias no Brasil. Mas quem faz a identificação dos destinatários dessa ação do estado são justamente as assistentes sociais, que estão estruturadas em cada município.

Existem municípios, como Joinville, que têm mais de 150 assistentes sociais justamente para identificar quem são as pessoas que têm renda menor e por isso devem ter um tratamento diferenciado.

E Santa Catarina há 102 mil pessoas que passam o mês com menos de R\$ 70,00. E o estado tem praticamente o nome, a localização e o endereço de todas essas pessoas. E quem faz esse serviço? As assistentes sociais.

Existe um grande empenho para que todas as pessoas que estão cadastradas no chamado CAD - Cadastro Nacional Único -, que é ligado com o ministério do Desenvolvimento Social, sejam atendidas pelo Bolsa Família. Em Santa Catarina temos de 280 a 315 mil famílias no CAD, ou seja, essas famílias são aquelas cuja renda mensal *per capita* é menor de que meio salário mínimo.

Então, é um trabalho cansativo, que precisa de uma equipe de assistência social que atue com critérios, para que de fato as pessoas que estão nesse cadastro façam parte da verdadeira clientela da Assistência Social.

A terceira ação importante é o processo de inclusão produtiva, ou seja, dar capacitação a essas pessoas que estão do CAD para que possam encontrar um emprego mais qualificado com uma renda melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Serafim Venzon. Suas intervenções são sempre extremamente importantes.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para as 14h, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 051ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherm - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Presta homenagem aos despachantes catarinenses; defende a Defensoria Dativa.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute três projetos de sua autoria.

DEPUTADO DANIEL TOSSO (aparte) - Solidariza-se com o deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda o processo das eleições de 2012.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Manifesta-se a respeito do programa Minha Casa, Minha Vida.

DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO (aparte) - Congratula-se com o deputado Padre Pedro Baldissera.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Defende a ministra Ideli Salvatti.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Reporta-se à reunião do Fórum Catarinense, em Brasília.

DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Manifesta preocupação com a seca no oeste.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Reporta-se aos procedimentos demarcatórios de áreas indígenas.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Congratula-se com o deputado Darci de Matos.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (aparte) - Congratula-se com o deputado Darci de Matos.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Manifesta-se com relação à BR-101.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Solidariza-se com o deputado Manoel Mota.

Ordem do Dia

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Encaminha a votação da Mensagem n. 0446/2012.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Encaminha a votação da Mensagem n. 0446/2012.

Explicação Pessoal

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Presta homenagem a Jorge Konder Bornhausen.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Gilmar Knaesel.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Solidariza-se com o deputado Gilmar Knaesel.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Solidariza-se com o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Srs. parlamentares, vamos suspender a presente sessão para que as comissões possam dar continuidade aos trabalhos que estão em andamento, retornando tão logo elas os concluem.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campanha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito em primeiro lugar o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, quero registrar que ontem, por proposição da nossa bancada, aconteceu uma sessão especial em comemoração aos 35 anos da Associação dos Despachantes do Estado de Santa Catarina, a Adotesc. É uma classe importantíssima, que presta relevantes serviços à sociedade catarinense, demonstrando que a iniciativa privada pode suprir de várias formas algumas ações do serviço público, porque o estado tem que ter uma preocupação voltada à Saúde, à Educação e à Segurança Pública.

Gostaria de dizer ainda que os despachantes prestam um relevante serviço e que hoje podemos contar ainda com a Creditran, uma cooperativa criada pela associação para agilizar as atividades, os pagamentos e facilitar a vida do cidadão.

Ontem não pudemos participar da sessão em homenagem aos despachantes, mas queremos render-lhes as nossas homenagens. Estávamos numa solenidade não menos importante em Lebon Régis, homenageando a Apae do município, que presta relevantes serviços à comunidade. Fui convidado de forma muito carinhosa e não pude deixar de comparecer àquele evento de onde saí muito feliz, tendo em vista o trabalho lá realizado pelos alunos, professores e pela direção.

Também gostaria de informar que hoje teremos uma audiência pública muito importante na Câmara de Vereadores de Itajaí e lá estaremos a convite do vereador Luiz Carlos Pissetti. A Câmara vai debater um assunto primordial, a falta de mobilidade urbana, principalmente a necessidade da duplicação da rodovia Antônio Heil que, assim como a BR-470 e as demais estradas do vale do Itajaí, está com excesso de tráfego. Segundo os estudiosos, em dez anos Santa Catarina terá 1,5 milhão a mais de veículos, e precisamos urgentemente tratar dessas questões.

Voltando de Lebon Régis, ao chegar a Rio do Sul, para pegar a BR-470 é preciso, necessariamente, entrar em uma fila para não correr riscos, mesmo porque de dez em dez quilômetros mais ou menos há radares sendo implantados, e os motoristas terão que se habituar a dirigir dentro dos limites pelo órgão de trânsito.

Hoje, na sessão da manhã, falei de acesso que entendo como

importantíssimo. Refiro-me à TransBeto, deputado Kennedy Nunes, uma rodovia pela qual circulam milhares de pessoas do Brasil inteiro que se dirigem ao Parque Beto Carreiro World. Ela foi iluminada e ficou uma rodovia bonita. Infelizmente, a ação de ladrões para roubar os fios de cobre a deixou sem iluminação. Até se busca uma solução e sei que o Deinfra está estudando para fazer uma fiação aérea. Mas podem ter certeza de que eles vão jogar pipa para tentar tirar os fios. Então, são necessárias câmeras de vigilância, porque aquela rodovia que projeta a imagem de Santa Catarina para todo o Brasil, infelizmente, está abandonada.

Sei que o secretário Valdir Cobalchini tem olhar com carinho essa questão e vai tentar resolvê-la, porque a TransBeto é mais uma das rodovias que precisam de atenção.

Pela manhã, sr. presidente, também abordei a minha preocupação com a questão da Defensoria Dativa, já que os advogados não estão mais aceitando nomeação, nem podem, porque a lei que amparava o pagamento à OAB, que fazia um excepcional atendimento à população catarinense, foi julgada inconstitucional.

Agora esse sistema vai ser substituído pela Defensoria Pública, que é mais burocratizada, necessita de concurso público de acesso, o que vai fazer com que o estado fique com um sistema capenga, que não chegará a todos os municípios. Além de capenga, será caro e não dará a atenção e o atendimento que a Defensoria Dativa dava. Mas a lei foi considerada inconstitucional, repito, não há como o estado continuar adotando esse sistema nem fazendo o pagamento aos profissionais da OAB desse novo período.

Então, é preciso discutir uma solução de transição, e vejo que a única forma de atender a todo o estado de Santa Catarina é através de um sistema híbrido, com uma Defensoria Pública que trabalhe em conjunto com a OAB, dando oportunidade aos advogados que desejarem de prestar serviços aos cidadãos mais carentes, porque não há as mínimas condições de termos um número elevado de defensores concursados para que atenda a todas as regiões do nosso estado.

Então, quero ressaltar novamente o trabalho que é feito pela OAB, tanto que os advogados continuam a defender a população nas questões para as quais foram nomeados quando a lei ainda estava em vigor, mas agora não podem mais aceitar a nomeação. Não existe lei para um aparo legal nem para regularizar a situação nem para efetuar o pagamento.

Então, vejo que esses são assuntos prementes para o estado de Santa Catarina, no sentido de esta Casa junto ao Executivo buscar soluções. O governador já determinou e a Procuradoria do Estado já estuda um projeto de implantação, para que a população volte a ser assistida pelo sistema de defensoria quando tiver os seus direitos violados ou quando quiser reivindicar seus direitos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, catarinenses que estão aqui, venho hoje falar sobre três projetos de lei a que demos entrada e que consideramos de extrema importância para Santa Catarina.

O primeiro é o Projeto n. 0139/2012, que cria o programa Mutirão da Liberdade e dá outras providências.

Estamos conversando com o Tribunal de Justiça para que possamos fazer um mutirão para tentar desafogar as nossas penitenciárias, principalmente no quesito dos internos, onde há as mulheres que estão passando por dificuldades enormes. Muitas delas já cumpriram totalmente a pena, outras têm direito à progressão de regime, outras estão com tempo excessivo de prisão preventiva e provisória, mas muitas vezes, por falta de um advogado, acabam pagando além do que devem pagar, o que ajuda a superlotar os nossos presídios.

Estamos conversando com o Tribunal de Justiça para que possamos fazer esse mutirão todos os anos, durante a última semana dos meses de janeiro e de julho, mesmo porque essa é uma prática já feita em outros estados.

Agora estamos com um processo em Santa Catarina, e v.exa. falou há pouco com relação aos advogados da Defensoria Dativa, porque ficou um hiato, pois temos um prazo determinado pela Justiça para implantar a Defensoria Pública, e os advogados da Dativa que fazem o atendimento estão reclamando que o estado não paga. Por conta disso, algumas consequências graves acontecem, principalmente para quem depende dos advogados dativos e para quem está pagando pelos seus crimes nos presídios ou penitenciárias.

Então, o Projeto n. 0139/2012 cria o programa Mutirão de Liberdade, exatamente no sentido de um serviço voluntário de advogados, entidades de direitos humanos e religiosas, na defesa da população carcerária, para que possam ser trabalhadas as seguintes questões: cumprimento total da pena, com direito adquirido de liberdade, direito de progressão de regime, com livramento condicional, com o cumprimento de um terço da pena, de acordo com art. 83 do Código Penal, e ainda o prazo excessivo de prisões preventivas ou provisórias em que a ré aguarda julgamento.

Entendo que esse é um projeto importante para que possamos minimizar o problema que temos em Santa Catarina de superlotação de presídios, principalmente dando ao cidadão que cometeu algum crime, que fez aquilo que não deveria fazer, mas pagou, o cumprimento da lei.

O outro projeto, o de número 0168/2012, fala, deputada Ana Paula Lima, de algo que tenho certeza v.exa., pela sua formação, sabe muito bem o que é, a tal da automedicação.

As pessoas que não têm plano de saúde e têm dificuldade para acessar ao SUS se automedicam. Isso faz com que um terço das internações, deputado Plínio de Castro, sejam por automedicação, produzidas principalmente por anti-inflamatório, analgésicos, antibióticos, que não são receitados por médicos, são receitados pelo amigo, pelo Fulano, Beltrano, Sicrano.

Acreditamos que esse é um tema de extrema importância. E percebe-se que a maioria das pessoas que se automedicam e vão parar nos hospitais são pessoas da classe média alta. Ou seja, aquela desculpa de que o camarada comprou um remédio, automedicou-se porque não teve condições financeiras de pagar um médico, não é verdadeira. É a classe média alta que mais se automedica.

Então, entramos com esse Projeto de Lei n. 0168/2012, instituindo no estado de Santa Catarina uma Campanha Estadual de Conscientização e Combate à Automedicação.

Estou falando aqui, mas eu me automedico. Quem é que não se automedica? Vai ver no meu carro se não tenho analgésicos? E automedicamo-nos porque fomos criados assim. Temos essa cultura de se automedicar. Quem é que vive sem a "Neosa"? Apareceu a dor de cabeça, para mim só a "Neosa" resolve. A tal da Neosalina.

Então, não adianta! Então, a nossa geração é uma geração perdida, deputado Daniel Tozzo, ela é automedicável e não tem jeito. Somos de uma geração em que a automedicação não é como era antigamente, das xaropadas, das garrafadas, dos chás. Somos da automedicação química, que ferra principalmente o fígado. Mas podemos utilizar a campanha e através dela criar outra geração que venha com mentalidade diferente, como é a geração dos nossos filhos, uma mentalidade ecologicamente correta. Talvez possamos ter uma geração com uma mentalidade um pouco melhor do que a nossa mentalidade com relação à automedicação.

Por fim, gostaria de falar sobre o Projeto de Lei n. 0127/2012.

Eu, por ser presidente da comissão de Proteção Civil desta Casa, tenho-me preocupado muito com essa situação. E fizemos esse projeto que cria semanas de prevenção e de combate às enchentes e a outros fenômenos da própria natureza, como a seca, no caso do oeste, para que possamos incutir nas crianças da rede estadual de ensino a cultura da prevenção.

Quando falamos em prevenção aqui em Santa Catarina, não podemos deixar que a geração que está vindo aí tenha a mesma cultura, sem prevenção nenhuma, na questão da seca no oeste, por exemplo. Precisamos colocar na cabeça das pessoas que é preciso guardar a água para os momentos de estiagem. Já para nós, do litoral, é preciso criar a cultura da prevenção, para não construir em lugares alagadiços, ribeirinhos, em morros.

Precisamos ter a cultura de prevenir, e acreditamos que, através dessa semana de prevenção, todo o ambiente que será criado irá abrir um pouco mais a mentalidade dos catarinenses, principalmente dessa geração que está vindo, a geração futura.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Muito obrigado, deputado Kennedy, parabenizamos a sua fala e complementando a informação quanto à seca oeste, há escolas agrícolas em Santa Catarina, acho que a maioria delas, que sequer têm cisterna!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - A sua fala mostra a realidade e por isso precisamos trabalhar a prevenção, para que mude os conceitos. No caso da seca, não podemos esperar somente que São Pedro nos auxilie. Temos chuvas de três a quatro vezes

mais do que na Austrália e passamos necessidades todos os anos.

Sr. presidente e srs. deputados, prevenir ainda é o mais barato!

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Kennedy.

O próximo orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, venho a esta tribuna, nesta tarde, para refletir sobre o grande momento democrático eleitoral no qual estamos entrando. E a nossa vida política, a nossa ação, o nosso trabalho, está muito vinculado ao processo das eleições de 2012, pois é a oportunidade que a sociedade tem de escolher os seus dirigentes municipais, tanto os que irão legislar, que são os vereadores e vereadoras, quanto os que irão governar, que são os prefeitos e prefeitas.

Muitas vezes, à noite, pela madrugada, nos finais de semana, as pessoas chegam até o vereador, até o prefeito, para reclamar suas questões na área de saúde, na área de serviços, e no interior é muito forte o serviço de máquinas para atender aos agricultores nas estradas. Então, essa é a oportunidade que temos, através desse processo democrático construído a duras penas e com muita luta em nosso país, deputado Reno Caramori, para escolher os nossos representantes municipais.

As lideranças do nosso partido estão também se organizando. Eu estou na coordenação do GTE, Grupo de Trabalho Eleitoral, nos finais de semana, ocasião que aproveitamos para discutir e articular. O PT vem-se preparando com grandes lideranças pelo estado afora, discutindo os melhores nomes, que tenham os melhores projetos para a sociedade.

É importante registrar esse grande momento em que o Brasil vem debatendo a possibilidade de mudanças no processo eleitoral, de não termos eleições a cada dois anos, mas, quem sabe, a cada quatro, cinco anos, num mesmo momento, com eleições gerais no país.

Eu tenho meus questionamentos, deputada Ana Paula Lima, se de fato estamos preparados para eleger desde o vereador até o presidente da República, como acontece em outros países. Acho que precisamos preparar a sociedade, porque a eleição municipal normalmente toma conta de todo o processo e a eleição estadual e federal pode tornar-se secundária.

Por isso, precisamos refletir muito em relação ao debate da reforma política e analisar com muito carinho, com muita tranquilidade se devemos unificar o processo eleitoral no Brasil.

Outra questão muito forte e que está batendo todo dia à nossa porta diz respeito ao financiamento de campanha, de como se dá hoje o financiamento das nossas campanhas. Temos avançado e discutido muito isso, e este deputado com muita segurança defende o financiamento público das campanhas.

É lamentável o que está havendo por aí afora, a forma como as campanhas são financiadas. Infelizmente, grande parte dos financiamentos continua acontecendo pelo caixa dois, pela iniciativa privada que financia o candidato, mas depois quer retribuição desse financiamento. E muitas vezes os eleitos são

dominados pelo poder econômico, porque foram financiados por esse esquema.

A democracia requer igualdade de direitos nas disputas eleitorais, porque nenhum operário, nenhum trabalhador tem condições de deixar o seu trabalho, abandonar sua propriedade, para ir a uma campanha utilizando colocando seus parcos recursos para disputar uma eleição.

Quem hoje está financiando as campanhas? Como as campanhas são financiadas? Aí há a preocupação da sociedade: "Ah, vamos colocar dinheiro público nas campanhas?" Mas o que acontece nas campanhas hoje? Essa é uma reflexão que precisa ser feita neste momento em que nos aproximamos de uma eleição tão importante, quando vamos eleger os representantes que irão governar os municípios e fazer as leis nas Câmaras de Vereadores, mas infelizmente os nossos deputados federais não estão enfrentando no debate da reforma política a questão do financiamento público de campanha.

Volto a falar sobre um tema que vem preocupando a sociedade catarinense: a segurança pública. A cada dia vemos deputados, deputadas, pessoas levantando desta tribuna e pelo estado afora sua grande preocupação com esse tema.

Quero finalizar dizendo que o tema segurança pública em Santa Catarina continua sendo tratado com uma visão militarista e não de forma preventiva, visando ao processo educativo. Fala-se muito de experiências realizadas por organizações, associações, igrejas, como o trabalho que o padre Vilson Groh vem fazendo na Grande Florianópolis e outras experiências que existem pelo estado afora. Por que o estado não pode construir experiências na prevenção, na educação, na organização da sociedade, para trazer melhor segurança e qualidade de vida às pessoas? Essa é a grande pergunta.

Infelizmente Santa Catarina foi um dos últimos estados a assinar o convênio e a articulação do Programa Nacional de Segurança Pública, que trata com muita seriedade a questão da prevenção, da educação como elemento de segurança pública. Lamentamos que neste estado haja tão poucos investimentos em políticas alternativas para a melhoria da segurança pública. Simplesmente tratamos segurança pública como fazíamos há centenas de anos. Lamentamos e precisamos avançar para termos uma segurança melhor no futuro.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de aproveitar para fazer um registro.

Deputado Plínio Castro, v.exa. acompanhou nesta última semana, no município de São José dos Cedros, a assinatura de contratos construídos através do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA - com a Caixa Econômica Federal, numa parceria com a Crehnor, que também é uma instituição financeira. Foram 35 contratos com famílias que acessaram o programa Minha Casa, Minha Vida e que terão à sua disposição R\$ 25 mil a fundo perdido.

Agora, o que me chamou a atenção, e penso que não foi diferente com v.exa. que lá esteve, foi a participação não apenas das famílias agraciadas em São José dos Cedros, mas de outras famílias do município vizinho, Princesa. Vimos a alegria

daquelas famílias em poder celebrar aquele momento extraordinário. Lembro-me que até nos emocionamos quando foi chamado um casal e um senhor de 70 anos teve a oportunidade de assinar o seu contrato. Foi extremamente forte, marcante, para aquela família porque, com toda certeza, se não fosse daquela forma, ela família não teria outra oportunidade de ter a sua casa.

Então, fiz questão de buscar a informação, porque aquelas famílias têm uma participação mínima para poder entrar no programa. Se não me falha a memória, as famílias contribuem com R\$ 300,00 por projeto, para dar condições tanto à cooperativa de crédito como ao sindicato de viabilizar aquela ação.

O Sr. Deputado Plínio de Castro - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Plínio de Castro - Deputado, venho com muita alegria comentar que v.exa. fala sobre um assunto muito importante, nesta tarde, dado o alcance que tem esse tipo de programa no meio rural.

Em nosso município foram contratadas 25 casas, como v.exa. bem colocou, pessoas com 70 anos de idade assinando contrato. Vamos fazer uma reflexão e pensar qual seria a expectativa desse senhor que chegou aos 70 anos e ainda precisa fazer um contrato com programa habitacional para adquirir a sua própria residência.

Creio que não tem nada que aumente a autoestima do cidadão do que ter o seu próprio endereço, a sua própria residência. E foi isso que ocorreu lá no município de São José dos Cedros, diga-se de passagem, graças à atuação eficaz, persistente, acima de tudo, do Sindicato da Agricultura Familiar daquele município, liderado pelo presidente Cláudio Talheimer. E ficamos muito felizes de poder presenciar aquele ato, sobretudo de dar o testemunho da alegria daquelas famílias em estar assinando o contrato para construir a sua residência.

E citei como exemplo que há pouco tempo, coisa de três anos ou quatro anos, contratamos com a Caixa Econômica 160 residências, num conjunto habitacional que lá está implantado. As residências de 60m² eram de primeira categoria, coisa de qualidade, e estão lá para quem quiser testemunhar. As casas foram construídas, e as pessoas estão residindo em um bairro com toda infraestrutura. Mas o orçamento há quatro anos era de R\$ 22 mil ou R\$ 23 mil. Então, com R\$ 25 mil aquelas 25 famílias ganharam sua casa.

Por isso, deputado Padre Pedro Baldissera, quero cumprimentá-lo por sua manifestação, pela importância que tem esse programa e pelo alcance social que tem. Somente quem é beneficiado sabe o que representa.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Plínio de Castro. Incorporo a sua manifestação ao meu discurso.

Quero realçar novamente o alcance social desse programa do governo federal. Há pouco tempo se tinha recursos para uma série de atividades na roça, para construir galpões, chiqueiros, estâbulos, mas não se tinha para a construção da casa própria. E v.exa. fala muito bem do quanto eleva a autoestima dessas famílias ter um endereço, ter a sua residência. Sem dúvida nenhuma, é um programa de alto alcance social.

Portanto, o nosso reconhecimento ao trabalho do sindicato dos pequenos agricultores de São José do Cedro, em parceria com o município de Princesa, juntamente com a Crehnor e a Caixa Econômica Federal.

Gostaria apenas de fazer a citação de que o ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, no último dia 15, ontem, fez o lançamento de um grande e importante programa no montante de R\$ 12 milhões, destinado a fomentar a construção de cisternas nos municípios atingidos pela estiagem no meio-oeste e no extremo oeste de Santa Catarina.

São R\$ 12 milhões que beneficiarão essas famílias que viveram e conviveram com a estiagem, para a construção de cisternas para o armazenamento da água. Que bom ter um programa extremamente importante e necessário para a nossa agricultura familiar!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT, por um acordo com o PP.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero agradecer ao deputado Plínio de Castro por essa inversão de horário.

Venho à tribuna na tarde de hoje, srs. parlamentares e público catarinense, para falar o que tenho feito sistematicamente quando sou indagada sobre esse assunto. E nunca tive medo de defender essa pessoa em quem me espelhei durante a minha vida pública, que foi deputada estadual nesta Casa, uma deputada combativa, que foi senadora da República e hoje é ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

Neste exato momento ela está depondo na comissão de Fiscalização e Controle da Câmara Federal sobre as questões administrativas do ministério da Pesca. Sempre que indagada fiz a defesa da referida ministra, dizendo que ela era uma pessoa inocente nesse processo, como bem frisou. E tenho certeza de que neste momento a nossa ministra está tranquila fazendo os depoimentos necessários naquela comissão, mesmo porque uma certidão do Tribunal de Contas da União já a inocentou, dizendo que nada consta sobre a ministra Ideli Salvatti nos fatos relatados. Ela também foi inocentada pela Comissão de Ética da Presidência, que arquivou nesta semana as denúncias contra a ministra.

Então, fica aqui o registro já divulgado em toda imprensa nacional e catarinense da lisura da ministra Ideli Salvatti.

O que me traz à tribuna no horário do Partido dos Trabalhadores é fazer uma reflexão sobre dois temas importantes: a fala da presidente Dilma Rousseff ao lançar a ação Brasil Carinhoso e o destaque do Dia de Mobilização Nacional da Enfermagem pelas 30 Horas Semanais. Ambos envolvem carinho, cuidado e afeto na construção de novas relações sociais no mês em que comemoramos o Dia das Mães.

No domingo a presidenta Dilma Rousseff usou uma cadeia nacional de rádio e televisão para, de maneira inédita, falar com as mulheres brasileiras e ressaltar o compromisso do seu governo em erradicar a pobreza e a miséria que envolve as crianças brasileiras.

A ação Brasil Carinhoso faz parte do programa Brasil Sem Miséria e será a mais importante ação de combate à pobreza

absoluta na primeira infância já lançada no país. O primeiro eixo do programa deverá beneficiar cerca de quatro milhões de famílias, com a garantia de uma renda mínima de R\$ 70,00 a cada membro das famílias extremamente pobres que tenham pelo menos uma criança nessa faixa etária, sendo um reforço ao Bolsa Família.

Os outros dois eixos são o aumento do acesso dessas crianças à creche e a ampliação das coberturas dos programas de saúde para essas crianças, deputado Dieter Janssen, dando mais segurança a essas mulheres que precisam também trabalhar fora e querem um local seguro para deixar seus filhos.

O compromisso do governo é acabar com a miséria absoluta no país, e historicamente a faixa de idade na qual temos maior dificuldade de reduzir a pobreza é a de crianças de até seis anos de idade.

Vivemos em Santa Catarina uma situação de miséria menos grave do que a que atinge o norte e nordeste do país, onde se concentram 78% da pobreza absoluta das crianças. Mas no estado de Santa Catarina também temos famílias em extrema pobreza e miséria absoluta, e o governo federal, através do Bolsa Família, irá complementar no valor de R\$ 70,00 cada membro da família, podendo atingir assim um padrão de vida melhor para essas crianças e famílias.

Por essas razões, o Brasil Carinhoso, mesmo sendo uma ação nacional em parceria com os governos estaduais e municipais, terá reflexos no futuro das famílias beneficiadas. E quero aqui frisar que essa complementação de R\$ 70,00 vem do governo federal, do Programa Bolsa Família, e que as famílias de extrema pobreza que tenham crianças na faixa etária de até seis anos de idade serão beneficiadas.

O terceiro eixo é a ampliação do programa de controle da anemia e da deficiência de vitamina A, disponibilizando gratuitamente em unidades da Farmácia Popular também os remédios para asma.

Ações como essas podem favorecer a inserção no mercado de trabalho dessas mulheres que vivem na linha da pobreza absoluta, transformar crianças brasileiras frágeis em brasileiros saudáveis, com a cidadania assegurada por condições dignas de vida e saúde.

O programa Brasil Carinhoso também quer reduzir a questão da violência. Temos a informação de que o Disque 100, serviço que recebe denúncias de violência contra crianças e idosos em todo o país, somente em 2011 registrou 97.102 denúncias, das quais 84% relacionadas a violações dos direitos de crianças e adolescentes. Não somente violações sexuais, como também maus tratos e negligência.

De 2010 para 2011, o número de denúncias de abusos contra crianças e adolescentes subiu de 30.544 para 82.281. Temos muito ainda para construir, no sentido de termos um Brasil mais humanizado, mas já foi dado o pontapé inicial, já foram favorecidas muitas famílias e muitas crianças, mas há ainda uma faixa etária, uma parcela da nossa população que está desassistida.

Por isso o pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff no dia 13 de maio, dia em que comemoramos o Dia das Mães, foi no sentido de sanar esse problema vivenciado em nosso país e no estado de Santa Catarina.

Quando falamos de um Brasil que cuida de suas crianças, que acolhe seu futuro, significa falar também de outro grupo profissional que dispensa cuidados diuturnos

para restaurar a saúde e o bem-estar das pessoas. Esses profissionais são os enfermeiros e enfermeiras, técnicos e auxiliares de enfermagem que na noite do dia 10 de maio estiveram reunidos em nosso plenário para a abertura oficial da 73ª Semana Brasileira de Enfermagem, cujo tema central este ano foi o seguinte: Compromisso Social, Participação e Lutas.

A minha formação profissional é a Enfermagem. E defendo muito essa categoria não somente por pertencer a ela, mas por fazer um trabalho de excelência no cuidado da vida, no cuidado das pessoas que estão diuturnamente trabalhando com os pacientes.

É uma profissão da qual me orgulho, mas sei que temos que evidenciar as nossas lutas em defesa de um piso salarial digno e da regulamentação da nossa jornada de trabalho, da nossa capacidade de articulação e da nossa responsabilidade com a assistência, assim como ressaltar a importância da enfermagem para a sociedade.

Quero dar os parabéns à atual diretoria do Coren/SC, à enfermeira Felipa Rafaela Amadigi, presidente daquele órgão, e em seu nome saúdo todos os profissionais enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

Hoje, 16 de maio, é o Dia Nacional de Mobilização pela Implantação da Jornada de Trabalho de 30 Horas Semanais. E os enfermeiros aproveitaram os eventos deste mês para evidenciar a luta de 50 anos pela regulamentação da jornada de trabalho de 30 horas semanais.

Acreditamos que a regulamentação da jornada trará maior resultado na assistência aos pacientes que serão atendidos por profissionais qualificados, expostos a condições adequadas de trabalho, com segurança e qualidade de vida.

Essa luta é da categoria, é nossa, articulada com a bancada federal pela aprovação das 30 horas para a enfermagem brasileira. E como é uma luta justa, que está sendo reivindicada há muito tempo, tenho certeza de que o Congresso Nacional terá a sensibilidade de aprovar esse projeto.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputada.

Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAl e ouvintes da Rádio Alesc Digital, o motivo da nossa fala nesta tribuna é dar ciência a todos que acompanham nossos trabalhos da reunião que aconteceu ontem do Fórum Catarinense em Brasília.

Este deputado vem acompanhando *pari passu* esses acontecimentos, fazendo questão, inclusive, de estar nas reuniões com o ministro dos Transportes, quando o assunto é a duplicação da BR-280, que vem sendo tratada paralelamente à duplicação da BR-460.

Tenho estado nessas reuniões com o ministro e na penúltima delas foi dito textualmente que teríamos o projeto pronto no

mês de abril e que imediatamente seria lançada a licitação para a duplicação da BR-280. Isso foi dito na última reunião que tivemos com o ministro dos Transportes. E o general parece-me que realmente entende da coisa e que pode falar de cadeira sobre essas questões. Ele fez, inclusive, uma explanação muito interessante da reunião que participei, dizendo que antes se fazia somente projetos básicos. E tivemos a oportunidade de ter duas licitações suspensas em Santa Catarina para a duplicação da nossa BR-280, por conta de projetos inacabados, de projetos que sequer tinham estudo sobre a questão do canal do Linguado, se seria uma ponte, se iriam abrir o Linguado ou o que fazer. E o general dizia, à época, ele que é um engenheiro civil especialista em construção de estradas, que agora, sim, eles iriam fazer um projeto contemplando a ponte sobre o canal do Linguado, assim como um túnel de mais ou menos um quilômetro na região de Guaramirim. Esse projeto, então, seria denominado projeto executivo.

Então, fui pego de surpresa com a reunião que aconteceu ontem, e tenho a impressão de que o deputado Darci de Matos também deve ter-se surpreendido. Fiquei sabendo na sexta-feira, e a reunião foi ontem, mas já tínhamos compromisso agendado na nossa região, tanto eu quanto os deputados Darci de Matos e Kennedy Nunes, e não pudemos estar presente para discutir um assunto que é fundamental para todos nós da região norte e nordeste de Santa Catarina, que é a duplicação da BR-280.

Agora veio uma nova explicação de que o projeto executivo já está praticamente pronto e a questão da ponte está resolvida, assim como a questão do túnel. Então, lá pelo mês de julho será lançado o edital de licitação.

Desde o final do segundo semestre do ano passado, depois da última reunião, diziam que as máquinas iriam roncar na BR-280, e eu dizia, à época, que não acreditava e que achava que essas máquinas iriam roncar somente em 2013, o que, na verdade, vai acontecer.

Isso ocorrerá porque até lá teremos o processo de licitação, o embargo de licitação, a discussão, e queira Deus que, mesmo com um pouco de atraso, tenhamos o início desse trabalho, porque essa já é uma promessa antiga.

A nossa presidenta Dilma Rousseff, quando ministra da Casa Civil, já dizia que em meio ano as máquinas estariam roncando aqui. O tempo passou, ela deixou de ser ministra, fez campanha, já é presidente e as máquinas ainda não estão roncando, não por falta de vontade dela, mas por causa da burocracia e também pelo bate cabeça de algumas cabeças coroadas do ministério dos Transportes, porque um entende que tem que fazer de um jeito e o outro que tem que fazer de outro.

Parece-me que esse pessoal fazia projeto para construção de estrada no rascunho, de qualquer jeito, mas agora a coisa está séria e existe um projeto executivo contemplando todos os problemas da possível duplicação, no qual consta a ponte sobre o canal do Linguado, com mais ou menos um quilômetro de extensão, na região de Guaramirim.

Então agora, quem sabe, veremos finalmente as máquinas roncarem em nossa região.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado

aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PSD.

(Pausa)

De acordo com permuta de horário feita entre o PT e o PP, ocupará a tribuna, neste momento, o sr. deputado Plínio de Castro, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, público que nos acompanha através da TVAL e da Rádio AleSc Digital, quero dizer que utilizo este espaço do Partido Progressista para retomar um assunto que tem causado muito transtorno ao nosso estado, sobretudo ao oeste catarinense, que ainda sofre com os rastros da estiagem ocorrida no final de 2011 e no primeiro trimestre deste ano.

Caríssimo presidente, deputado Reno Caramori, na manhã de hoje estivemos em reunião com a direção da Fetaesc, representada pelo seu presidente, Walter Dresch. Da mesma forma, estivemos também reunidos com o presidente da Faesc, o ex-deputado José Zeferino Pedrosa.

No último final de semana conversamos com direção dos sindicatos de produtores rurais da nossa região, conversamos com gerentes de cooperativas de crédito da nossa região. E fizemos, na semana passada, uma ampla pesquisa para saber de todas as medidas até aqui editadas pelo governo do estado de Santa Catarina e pelo governo federal para amenizar os efeitos, sobretudo econômicos, da última estiagem em nossa região.

Recebemos, da mesma forma, um apelo de diversos sindicatos do oeste de Santa Catarina, que estiveram reunidos no início deste mês para um manifesto do sindicato do extremo oeste. Fizeram uma avaliação dos efeitos da estiagem e relataram, deputado Daniel Tozzo, boa parte das consequências que atingiram a nossa região. E, acima de tudo, fizeram várias reivindicações às autoridades catarinenses e brasileiras, sobretudo à Câmara Federal, à Assembleia Legislativa, ao ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, ao Banco do Brasil e ao Banco Central.

Nós fizemos uma análise de todas as medidas até aqui editadas pelo Banco Central referentes à renegociação de dívidas de custeio e de investimento dos produtores rurais, e verificamos que nenhuma delas restabelece ou dá um norte sobretudo ao pequeno produtor rural de Santa Catarina e do oeste catarinense. Não conseguimos visualizar, repito, em nenhuma delas, alguma coisa que possa fazer o produtor de Santa Catarina deitar-se e dormir sossegado, por saber que seus débitos em função da estiagem deste ano serão renegociados com os agentes credores.

Portanto, quero convidar os demais deputados da nossa região e os demais parlamentares de Santa Catarina que conhecem a nossa realidade, para se associarem a esse pedido a que demos entrada na comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, solicitando a realização de uma audiência pública no extremo oeste, para discutir com os produtores rurais, com as suas federações, com as autoridades do Legislativo que representam o nosso estado, com os agentes credores, com os bancos e com as cooperativas de crédito.

Fizemos diversos apelos e tenho consciência de que o estado tomou uma série

de medidas que vieram ao encontro das dificuldades do produtor rural de Santa Catarina. Mas tenho consciência de que precisamos chamar o governo federal também, porque além das medidas que já editou, precisamos sentar com os agentes financeiros e renegociar a dívida, estabelecendo prazo de pagamento. Porque se renegociarmos por apenas um ano, apenas estaremos dando condição do produtor rural passar mais um ano sem dormir.

Na semana passada o Banco Central editou uma medida na linha do Pronaf, com dez anos de prazo, com rebate de 40%, para atender aos nossos irmãos do nordeste do nosso país, que também passam por dificuldades. Mas aqui representamos o oeste catarinense, representamos Santa Catarina, a região sul do nosso país, que também passou por dificuldades.

Por isso mais uma vez faço um apelo a todos os parlamentares de Santa Catarina, para que juntemos as nossas forças, unifiquemos as nossas reivindicações, para chegarmos aos ministros e, sobretudo, à Presidência da República para...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD. Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSc Digital, senhores e senhoras, vou tratar de um assunto no espaço do meu partido e com certeza o eminente deputado Nilson Gonçalves, que representa Joinville e o norte de Santa Catarina, deverá fazer um aparte para clarear ou dar uma contribuição ao que vou levantar neste momento.

Sr. presidente, isso diz respeito a um acontecimento recente que nos deixou preocupadíssimo, principalmente os municípios de Araquari, Barra do Sul e São Francisco do Sul. Em 2009, tínhamos uma portaria que suspendia os procedimentos demarcatórios de áreas indígenas nesses três municípios. Há poucos dias uma nova portaria revogou a que havia suspenso os procedimentos demarcatórios, deputado Mauro de Nadal. Não sei se v.exas. têm problemas com áreas indígenas no oeste, mas há na região de Rio do Sul também.

Pois bem, com a suspensão dessa portaria, a Funai tem condições, e já está tomando as providências devidas, para fazer a demarcação física de uma área de aproximadamente, deputado Ciro Roza, nove mil hectares. Isso para atender em torno de 250 índios que não são nativos da região, pois quem conhece a história sabe que naquela região, no passado, nunca houve índios guaranis. Eles, no máximo, passaram por ali. Não é, deputado Nilson Gonçalves?

São alguns índios paraguaios que foram trazidos pelo grande padre Fachini, um homem de sensibilidade aguçada que ajuda muito os pobres. Uma família de paraguaios foi alojada ali, vieram os parentes, os amigos, e hoje são 200, 250 pseudo-índios alojados em Araquari, Barra do Sul e São Francisco do Sul.

Muito bem! A grande questão é que, deputada Dirce Heiderscheidt, absurdamente, a legislação brasileira dá a possibilidade de servidores de terceiro escalão realizarem demarcação de área indígena, numa articulação com a Funai, com relatórios de ONGs que são

contratadas pela Funai, enfim, num grande conluio.

Enquanto não for aprovado - passou na comissão de Justiça, parece-me - um projeto dos deputados Aldo Rebelo e Ibsen Pinheiro, que remete ao Congresso Nacional a demarcação de área indígena, estaremos sujeitos, deputado Edison Andrino, v.exa. que foi deputado federal, à ação de servidores federais de terceiro escalão, que é o que está acontecendo em Araquari.

Isso é um absurdo! São nove mil hectares de terras agricultáveis, deputado Neodi Saretta, terras que têm escritura, que têm fé pública, escrituras que foram concedidas por cartórios públicos, e a legislação, deputado Edison Andrino, diz que, com a desapropriação, os proprietários - porque a escritura não vale mais, não sei onde está o direito à propriedade neste país - irão receber tão somente a indenização das benfeitorias. Se o cidadão é proprietário de 1.000ha e tem uma casinha que vale R\$ 50 mil, receberá somente R\$ 50 mil. Isso é um absurdo! É um desrespeito com o norte e com todos nós.

O deputado Nilson Gonçalves é o presidente do Fórum Parlamentar Permanente de Defesa dos Agricultores que estão sendo prejudicados e também de defesa dos índios, porque nós não somos contra os índios, os índios são seres humanos, eles têm que ser alojados, mas por que eles têm que ser alojados, deputado Nilson Gonçalves, nas terras agricultáveis, nos nove mil hectares de terras agricultáveis, com títulos públicos, na região de Araquari? Eles que sejam alojados nas terras do governo, em áreas de mata, onde possam, de acordo com a sua cultura, viver. Essa é a grande discussão!

Gostaria de dizer que há poucos dias um proprietário de terras na divisa dessa área que deverá ser demarcada, iniciou um empreendimento com a terraplenagem. Imediatamente a Funai denunciou, e a Polícia Federal esteve lá e prendeu os equipamentos.

Araquari é o município que mais cresce no Brasil! Nós estamos na iminência de alugar a BMW, que vai ser o maior investimento econômico da história de Santa Catarina, num faturamento de R\$ 7 bilhões por ano. Vamos atender a toda América Latina. Os alemães são muito criteriosos e estão tratando com muito cuidado essa questão de impostos, de benefícios e de meio ambiente.

Estamos num processo extremamente avançado para receber a BMW, mas poderemos perder os investimentos da BMW em Araquari em consequência dessa absurda demarcação de terras indígenas.

Concluo, deputado Nilson Gonçalves, dizendo que é muito simples: a Constituição de 1988 definiu que somente podem ser demarcadas como áreas indígenas aquelas que já eram habitadas antes de 1988. Meu Deus do céu, deputado Mauro de Nadal, sabidamente esses índios guaranis que se alojaram aos poucos em Araquari vieram após 1988. E qualquer advogado iniciante pode fazer uma petição e resolver juridicamente. Mas não! Como no Brasil as coisas são complexas, são difíceis, estamos correndo o risco de sofrer um grande revés em termos de investimentos econômicos e de causar uma grande injustiça com os mais de 100 agricultores centenários que estão produzindo e têm suas escrituras públicas nos municípios de Araquari, São Francisco do Sul e Barra do Sul.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Com muita honra ouço o deputado Nilson

Gonçalves que preside o fórum permanente que trata desse assunto.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Não é de hoje, deputado Darci de Matos, que estamos trabalhando e procurando, de algum forma, encontrar uma alternativa para essa questão.

Bem falou v.exa. sobre a questão dos investimentos na região de Araquari. Muitos empreendedores estão colocando o pé no freio nas arrumações justamente por conta desses problemas. Não é somente a BMW, temos também a própria questão do aeroporto que está para ser instalado em Araquari, mas que está em compasso de espera, porque não se sabe que rumo irá tomar essa demarcação absurda rasgando escrituras públicas legítimas, fazendo um novo mapa para Santa Catarina. Esta é a verdade: estão criando um novo mapa no norte e nordeste do estado. É uma coisa ridiculamente absurda.

A pessoa que mais entende de índio é o nosso querido padre Luiz Fachini. Nós o chamamos para conversar, pois é ele que todos os meses leva comida para esse pessoal, leva cestas básicas para os filhos dos índios; leva os índios para o hospital, para as enfermarias, seja lá para onde for. É o padre Fachini que está à frente disso, cuidando.

Quando criamos o fórum permanente, imediatamente procuramos conversar com o padre Luiz Fachini, pois era quem dominava o assunto e no seu entendimento e no meu existem umas pessoas com cara de índio e até podem ter alguma descendência, alguma origem indígena, mas muitos não o são, e a maioria é itinerante. Se você procurar saber dos índios que havia lá há três anos, a metade já não está mais lá. São ciganos, é normal, pela cultura deles, ficam num determinado lugar, depois vão para outro.

O padre Fachini se reuniu conosco e ele mesmo disse que era um absurdo o que estavam fazendo. Temos uma gleba de terras naquela região que não irá atingir nenhum proprietário, porque é terra pública e serviria de acomodação perfeita para todos os índios, numa localidade que não tem um nome bom, mas é boa, chamada Inferninho. Essa localidade poderia abrigar os índios, pois a terra é fértil, tem tamanho geograficamente de acordo com o número deles, sem problema nenhum.

Já estivemos em Brasília conversando com todas as partes interessadas e com o Fórum Parlamentar Catarinense, que ficou de dar andamento àquela conversa, mas as coisas pegaram outro rumo em nível jurídico. Pensava-se que de forma jurídica as coisas iriam resolver-se, mas agora estamos vendo que não, que irá dar problema.

Tivemos uma conversa com o padre Fachini no seguinte sentido: ele assinaria junto com o cacique da tribo da região um termo, no qual constaria que a localidade Inferninho, que abrange um número "x" de alqueires de terra, seria suficiente para eles serem acomodados.

Então, essa é uma declaração que ele iria fazer conjuntamente com o cacique, que é a pessoa que os representa. E teríamos então uma reunião em Brasília, juntamente com o Fórum Parlamentar Catarinense e as pessoas interessadas, para chegar ao ministro e dizer: "Está aqui, ministro! Está escrito aqui, ministro, que eles só querem aquele pedaço, uma vez que não têm condições de administrar o resto. Eles só querem aquele pedaço". E estamos aguardando.

Houve agora outro desfecho, o desfecho jurídico que vai atropelar todos os entendimentos, porque agora eles querem

demarcar. Vão criar um novo mapa geográfico de Santa Catarina na região norte e nordeste. Isso é uma loucura incrível, um verdadeiro absurdo!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Deputado Mauro de Nadal, por favor.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Deputado Darci de Mattos, na verdade, a insegurança jurídica que isso traz é muito grande. Além da insegurança jurídica, há também o desgaste emocional das famílias que estão ali, que habitam aqueles locais há muitos e que têm escritura pública com fé pública.

A Funai tem poder excessivo para ditar regras, passando por cima, inclusive, do ministro da Justiça, que acaba às vezes sendo tomado de surpresa em função de assinaturas em termos que, na verdade, desapropriam os legítimos donos das propriedades.

Não temos aversão ao trabalho da Funai, mas precisa haver mais um pouco de regramento. A própria Constituição Federal de 1988 estabelece que terras tradicionalmente ocupadas são aquelas que já estavam ocupadas no advento da Constituição.

Então, juridicamente não cabe questionamento quanto a isso. Agora, o que precisamos é pôr limites em tudo isso, porque em Santa Catarina, se não me falha a memória, há mais nove pedidos de reservas e 14 solicitando ampliação de terra. Isso é algo que acaba assustando. Lá em Chapecó, por exemplo, metade da cidade vai pertencer à aldeia kaingangue, se assim for determinado pela Funai, e isso gera insegurança, como foi dito pelo deputado Nilson Gonçalves, para os novos investimentos nos municípios catarinenses.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Mauro de Nadal.

Concluo, sr. presidente, fazendo uma sugestão aos deputados, aos membros do Fórum e especialmente ao deputado Nilson Gonçalves que preside o fórum, para que possamos juntamente com a Associação dos Agricultores Atingidos marcar, sr. presidente, uma audiência através do Fórum Parlamentar Catarinense que é presidido, parece-me, pelo deputado Edinho Bez, com o ministro da Justiça, para tratar desse assunto com o apoio do governador porque, deputado Elizeu Mattos, é um assunto da maior importância para Araquari, para a região e, sobretudo, para a economia do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Só para ressaltar, deputado Darci de Matos, que o presidente do Fórum Parlamentar Catarinense é o deputado federal Décio Lima.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Correto, deputado.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos e em função da permuta do PSD com o PMDB, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, amigos e lideranças

do sul que prestigiam na tarde de hoje o Parlamento catarinense, que vêm a trabalho: Lili Cabreira, secretária municipal de Içara, o meu afilhado Wagner Pizzetti, secretário de obras, o Murilo que faz um trabalho exemplar às autoescolas de Santa Catarina. É uma tarde extraordinária quando essas lideranças, que vêm a trabalho da sua região, dos seus municípios, prestigiam a sessão.

Estivemos com o presidente do Deinfra reclamando e reivindicando o retorno de Içara, que compõe a BR-101. Desde o primeiro momento foi uma vergonha essa questão e continua sendo. A BR-101 têm-nos dado alguns momentos de alegria, mas alguns de tristeza, uma vez que vidas continuam sendo ceifadas lá. Essa questão tem muitos episódios, dá uma novela, porque uma obra de 350km não pode levar dez anos, 15 anos. Mas, infelizmente, estamos passando por este momento.

No Rio Grande do Sul, as obras estavam atrasadas, pediram-me para ajudar, e eu participei de reuniões em Osório, Terra de Areia, Três Cachoeiras. Aí as empresas ruins foram tiradas. Vieram outras grandes. Quer dizer, no lado do Rio Grande do Sul está tudo adiantado, e em Santa Catarina, onde as obras estavam mais adiantadas, está-se arrastando nos banhados, no barro e nos buracos.

Hoje, pela manhã, o deputado Valmir Comin fez uma pregação do que passamos, porque somos questionados pelos empresários e não temos resposta para dar. Desde o primeiro momento, venho denunciando as obras do trecho de Içara, dizendo que não têm qualidade. E a obra já foi reformada, sem ser entregue à sociedade. Quer dizer, não há a qualidade que se esperava. O projeto de engenharia é de primeiro mundo, mas se a obra não tem qualidade o projeto acaba comprometido. Além disso, as obras dos lotes 25 e 29 continuam se arrastando, não terminaram. Felizmente as máquinas estão trabalhando um pouquinho mais rápido.

Mas a empresa que se instalou para fazer a ponte de Laguna, que contratou 900 trabalhadores, teve que mandar todos embora, porque não havia licença ambiental.

Então, acho que moro num país que não conheço. Como se entrega uma ordem de serviço para uma empresa sem a licença ambiental para executar a obra? Eu acho que é um negócio muito complicado. E a população fica em busca de uma resposta, de uma solução para as obras nesses gargalos, no Morro do Formigão, em Tubarão, na ponte da Cabeçada, em Palhoça, cujo projeto não foi nem licitado. E não sei se está concluído ou não, porque não há ordem de serviço. Inclusive em Paulo Lopes há um túnel que não chega a 500m e que não se concluiu faz dez anos. Iria abrir, mas fechou de novo. Eu ainda não fui ver, mas parece que já estão passando.

Então, é preciso, sim, que a comissão de Transportes e Obras chame também a representação de Santa Catarina, no Congresso Nacional, o DNIT, o ministério dos Transportes, porque precisamos trabalhar em busca de uma solução para que essa obra, porque são somente denúncias, como ocorreu com o ministério dos Transportes. São denúncias, porque não realiza.

Acho que é preciso, sim, tomar algumas medidas. E acredito, deputado Valmir Comin, que somos tratado não como segunda região, mas como terceira região. Mas não dá para absorver e não dá para concordar com essa situação. Quando é para lá, as obras não acontecem.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado, primeiro parabenois v.exa. que tem sido um aguerrido, um dos maiores contundentes debatedores com relação a todo histórico, a todos os procedimentos licitatórios e às reivindicações com relação à BR-101.

Na parte da manhã tive a oportunidade de fazer um pronunciamento nesta Casa colocando e destacando uma manifestação da presidente Dilma Rousseff, que tenho dito sempre que tem feito um grande governo, em nível de governo federal, e disso a sociedade é reconhecidora, a exemplo do que o presidente Lula fez, mas tem deixado a desejar com relação à questão da duplicação do trecho sul da BR-101. E mostrei em áudio a colocação dela, o seu compromisso perante uma emissora de rádio da nossa região, dizendo que no governo anterior não foi possível concluir a BR-101, mas que nos primeiros meses do seu governo ela assim o faria. Mas é passado mais de um ano, já chegando a um ano e meio, e nada de solução relacionada à BR-101.

O Gasbol foi executado em tempo recorde, fazendo detonações, e na época achavam que tinha caído avião por lá, em função do barulho das explosões. Foram cortando trechos, detonando, fizeram tudo, por uma questão emergencial e crucial para o desenvolvimento do Brasil.

A BR-101 pode não ser contexto do cenário geral do país, mas é corredor do Mercosul, é a linha mestra, precursora do desenvolvimento, do escoamento da produção catarinense. Por essa razão fizemos a nossa manifestação nos microfones dessa Assembleia Legislativa com relação às colocações e ao compromisso da presidente Dilma Rousseff para com a BR-101.

Está de parabéns v.exa.!

Agora, o governo do estado precisa capitanear esse processo, a exemplo do que fez o ex-governador no Rio Grande do Sul e também o atual, que capitaneou o processo e executou todo o trecho sul. Não diferente tem que acontecer aqui no estado de Santa Catarina.

Parabenizo v.exa.!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço ao deputado.

Entendo que todos nós ainda somos poucos para lutar pela nossa região, porque além da BR-101 temos a BR-285. Luto pela BR-285 há 29 anos e tenho 30 anos de vida pública.

Às vezes, as pessoas riem quando falo na imprensa que em Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé, São José dos Ausentes, Vacaria, Bom Jesus, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja, Argentina eu me reuni para tentar resolver a questão da BR-285. Só falta agora uma questão 25Km de serra. Faz três anos que está no PAC 1, PAC 2.

Se estava no Orçamento, o que está faltando? A licença ambiental.

O Ibama fez uma audiência pública em Timbé do Sul, com casa cheia, e disse que não poderiam assumir um compromisso de imediato, porque precisavam de seis meses para estabelecer a licença. Todos ficaram insatisfeitos, porque eram seis meses. E sabe o que aconteceu? Faz um ano e seis meses que mentiram para a nossa população, para a nossa região. Não cumpriram, mentiram, enganaram a nossa região.

É uma obra que liga Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, faltam 25 km,

apenas falta a licença ambiental, mas ela não sai. Fomos enganados pelo próprio Ibama, e essas questões não podem ficar de graça.

Outra obra que lutamos há 20 anos é a Serra do Faxinal, na Cidade dos Cânions, Itaimbezinho, a maior beleza natural do mundo, não tem no mundo beleza natural como Itaimbezinho e Cidade dos Cânions em Praia Grande. Começamos a obra com a licença ambiental, tudo certinho e conseguimos fazer 8km. E uma promotora pública federal entrou com uma ação, em razão de dois casais de perereca, e a obra está parada. E ainda vou responder a um processo, porque disse que graças à perereca da promotora a obra parou. Esse processo é na Polícia Federal. Mas não tem problema. É, eu iria ajudar a BR-282, porque o deputado Romildo Titon pediu, mas ainda vamos fazer isso.

O nosso povo é trabalhador, ordeiro, paga os impostos.

O ex-presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, assumiu o compromisso de entregar a ordem de serviço, comigo, lá em Itajaí, em Navegantes. Entregou a ordem de serviço, queria cumprir no mandato dele, mas não deu, infelizmente, nem no segundo mandato. E a presidente Dilma Rousseff assumiu que faria no primeiro momento, mas também está empacada, porque nem os gargalos foram licitados.

Então, é algo que precisa balançar. Será porque é do sul? Será que nós não temos prestígio? Será que está faltando prestígio político para concluir obras que são fundamentais?

Tenho dito ao nosso governador Raimundo Colombo que para todos os projetos que vierem da região serrana não precisa nem falar comigo, pois votarei favorável. Mas tenho que lutar pela minha região, assim como o deputado José Nei Ascari, o Dóia Guglielmi, um time que trabalha dia e noite, para tentarmos recuperar a segunda região mais pobre de Santa Catarina.

Somos considerados não como segundo escalão, mas como terceiro escalão da região sul, porque quando chegam as obras, elas não saem e não vão.

Portanto, é preciso, sim, lutar. Eu já respondi a quatro processos da Polícia Federal por causa daquelas paralisações. E acho que vou ter que fazer uma paralisação em cima daquela ponte de Laguna e fazer o Exército abrir, porque se eu quiser somente o Exército para abrir. Não tem dúvida nenhuma, estou acostumado e mais um processo, deputado Ciro Roza, não tem problema. Em defesa do povo não temos medo de responder a nenhum tipo de processo.

Será uma luta permanente em busca de soluções. Não estamos aqui trabalhando para usufruir. Queremos defender a sociedade que foi lá e depositou o seu voto nas urnas, na esperança de respostas, de melhor qualidade de vida, de melhoria de uma região. É com esse espírito que estamos trabalhando aqui, às vezes em cima do limite, para buscar os resultados que são fundamentais para resolver aquela região.

Eu já perdi o cabelo em cima da Interpraia e vou perder o resto dos cabelos, porque essa obra é a mais importante de Santa Catarina para o turismo sem chaminé. O Rio Grande do Sul fez aquele investimento e, hoje, a região que mais cresceu foi a da estrada do mar. Nós queremos fazer a Interpraia para chegar à Palhoça, deputada Dirce Heiderscheidt, mais rápido.

Então, pedimos a todos os parlamentares que ajudem a região sul do estado a

se desenvolver, que ajudem a região serrana a se desenvolver. Eu não sou da região serrana, mas qualquer projeto da região serrana estou pronto e preparado para aprovar, porque entendo que essas duas regiões são fundamentais para gerar renda, emprego, qualidade de vida, porque essa é a nossa luta no Parlamento catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0067/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0125/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0220/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0261/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Informamos também que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0043/2012, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado.

Outrossim informamos ainda que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0021/2012, 0044/2012, 0055/2012, todos de autoria de entidade social.

Temos quatro mensagens de veto e consulto os srs. líderes se votaremos no dia de hoje.

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0445/2012, que dispõe sobre veto parcial ao PL. 0025/11, que altera a Lei n. 7.541, de 1988, que dispõe sobre taxas estaduais e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

O veto incide sobre a emenda de autoria do deputado Manoel Mota.

Será retirado de pauta.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0446/2012, que dispõe sobre veto parcial ao PL n. 0542, de origem governamental, que altera a Lei n. 15.510, de 2011, que institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômico - Revigorar III - e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

O veto incide sobre a emenda de autoria do deputado Gilmar Knaesel.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, com respeito ao meu companheiro deputado Gilmar Knaesel, o governo recomenda a manutenção do veto, porque na realidade a emenda do deputado Gilmar Knaesel é uma proposta feita ao Revigorar, que

permite que empresas que já renegociaram suas dívidas entrem de novo no Revigorar.

Por isso é que o governo solicita a manutenção do veto.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, a nossa emenda que foi vetada pelo governador na verdade já está superada, mas voltará numa próxima oportunidade.

Portanto, não tenho dificuldade nenhuma de manter o veto do sr. governador, como autor da emenda. Concorde com o líder do governo nesta Casa, em que pese que no momento da apresentação a emenda fosse muito importante, mas agora já perdeu a eficácia, já perdeu o prazo de validade.

Portanto, não há dificuldade em manter o veto do governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está em votação.

Os deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

A votação será por processo eletrônico.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER
 DEPUTADO ALTAIR GUIDI
 DEPUTADA ANA PAULA LIMA
 DEPUTADA ANGELA ALBINO
 DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
 DEPUTADO CARLOS CHIODINI
 DEPUTADO CIRO ROZA
 DEPUTADO DADO CHEREM
 DEPUTADO DANIEL TOZZO
 DEPUTADO DARCI DE MATOS
 DEPUTADO DIETER JANSSEN
 DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT
 DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI
 DEPUTADO DIRCEU DRESCH
 DEPUTADO EDISON ANDRINO
 DEPUTADO ELIZEU MATTOS
 DEPUTADO GELSON MERISIO
 DEPUTADO GILMAR KNAESEL
 DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS
 DEPUTADO JAILSON LIMA
 DEPUTADO JEAN KUHLMANN
 DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER
 DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI
 DEPUTADO KENNEDY NUNES
 DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI
 DEPUTADO MANOEL MOTA
 DEPUTADO MARCOS VIEIRA
 DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK
 DEPUTADO MAURO DE NADAL
 DEPUTADO MOACIR SOPELSA
 DEPUTADO NEODI SARETTA
 DEPUTADO NILSON GONÇALVES
 DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA
 DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO
 DEPUTADO RENO CARAMORI
 DEPUTADO ROMILDO TITON
 DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES
 DEPUTADO SERAFIM VENZON
 DEPUTADO VALMIR COMIN
 DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Votaram 23 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 21 votos "sim" e dois votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação da Mensagem n. 0493/2012, que dispõe sobre veto parcial ao PLC n. 0032/2011, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que altera a Lei Complementar nº 496, de 2010, a Lei Complementar nº 297, de 2005, e adota outras providências.

Essa mensagem de veto não será votada hoje em função de acordo que está sendo construído com os servidores daquela Casa.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0537/2012, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0443, de 2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que regula a venda de produtos e serviços de *telemarketing* no estado de Santa Catarina.

Srs. deputados, há um acordo dos srs. líderes para que seja retirado de pauta o veto, pois é necessário quórum qualificado.

Deputado Nilson Gonçalves, v.exa. concorda com a votação ou quer que a matéria seja retirada da pauta da Ordem do Dia?

(O deputado pede a retirada da matéria.)

Atendendo, então, ao pedido do deputado Nilson Gonçalves, está retirado da pauta da Ordem do Dia o presente veto.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s. 0218/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0129/2012, 0220/2012, 0222/2012, 0223/2012, 0224/2012 e 0225/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0226/2012 e 227/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0228/2012, 0229/2012 e 0230/2012, de autoria do deputado Dieter Janssen; 0231/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, e 0232/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s. 0503/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0504/2012, de autoria do deputado Dado Cherem; 0505/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0506/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, 0508/2012, 0509/2012 e 0510/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0512/2012, 0513/2012 e 0514/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0515/2012, de autoria do deputado Daniel Tozzo; e 0516/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

A Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0507/2012, de autoria do deputado Dieter Janssen, que solicita o envio de mensagem ao presidente da Brasil Telecom - Oi, pedindo a instalação de uma torre de antena de telefonia celular no bairro Rio Branco, no município de Guaramirim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0511/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem ao superintendente regional do INSS de Santa Catarina, pedindo manifestação quanto aos procedimentos realizados pela perícia médica

no município de Jaraguá do Sul, em favor dos trabalhadores com direito ao auxílio doença.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0023/2012, de autoria do deputado Plínio de Castro, a ser enviada ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando que gestione no ministério da Agricultura e ao ministério das Relações Exteriores no sentido de que a República argentina suspenda ou reduza as barreiras nas importações de carne suína do Brasil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, imprensa e todos que estão acompanhando esta sessão, quero associar-me, nesta tribuna, neste momento, às inúmeras homenagens que estão sendo feitas em nosso estado a um dos políticos mais importantes da nossa história, o dr. Jorge Konder Bornhausen.

Mesmo não gozando da sua intimidade pessoal e também não sendo seu correligionário no momento, mas no passado o fui, sinto-me à vontade de assomar à tribuna e dizer que também reconheço o dr. Jorge Konder Bornhausen como um dos políticos mais importantes do nosso estado.

Aprendi a admirá-lo em minha infância, junto ao meu falecido pai, correligionário da UDN, quando os dois militavam na mesma agremiação partidária. Posteriormente, com o falecimento do meu pai, quando entrei na vida política pelo PDS, ele também fazia parte dessa agremiação partidária, e naquela ocasião sempre tivemos uma relação próxima de respeito.

Mas o fato maior que me fez ter por ele uma admiração muito grande foi no momento mais difícil da minha vida pessoal, que foi o falecimento do meu querido pai. Naquela época, o dr. Jorge Konder Bornhausen era governador do estado e foi extremamente solidário, especialmente no momento em que ele estava doente, ao colocar-se pessoalmente à disposição para auxiliar no que fosse possível. Posteriormente ao seu falecimento, participei de uma audiência com ele como governador do estado, juntamente com minha mãe, e ele nos deu um grande apoio naquele momento difícil da nossa vida.

Sr. presidente, Jorge Konder Bornhausen participou de momentos marcantes da história política de Santa Catarina. Quando foi governador do estado teve uma atuação destacada na área da saúde, da educação e, lembro-me muito bem, deputado Dieter Janssen, na área de esporte, ocasião, acho, em que Santa Catarina teve o maior número de ginásios de esporte constituídos nos

municípios, dentro de uma ação política em que o esporte e a educação caminhavam juntos. Lembro-me de inúmeros ginásios de esporte que foram construídos sob sua gestão e que estão hoje ainda servindo ao esporte catarinense, principalmente nos municípios menores, mais distantes dos grandes centros.

Mas acho que o exemplo mais marcante do dr. Jorge na política é a sua parceria, sua palavra dada nos compromissos políticos, que sempre foi honrada. Mesmo fazendo parte de outro partido político, mas convivendo em coligações, todos nós, catarinenses, sabemos que esse talvez seja um dos maiores trunfos de um homem público: a sua palavra. E essa é uma marca que o dr. Jorge Bornhausen deixa para todos nós.

Em nível nacional teve seu importante destaque como ministro e como senador, num momento importante da nossa vida política, a redemocratização. E no momento em que o PFL foi criado, ele foi uma figura destacada, talvez um dos mais importantes articuladores da eleição de Tancredo Neves para presidente da República, junto com José Sarney, e acabou sendo ministro naquele momento, representando o nosso estado, o que fez muito bem.

Temos muitos bons exemplos a seguir. Portanto, quero cumprimentar todos que tiveram a iniciativa de homenageá-lo aqui no estado, através de inúmeras ações que estão sendo feitas. Pessoalmente não pude participar, por uma questão de agenda, e recebemos o convite, mas a imprensa tem noticiado com muito destaque e acho que é muito relevante para nós, políticos de Santa Catarina, essa homenagem ao dr. Jorge Bornhausen, à qual quero me associar aqui da tribuna.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Cumprimento v.exa. pelo assunto que traz a esta tribuna na tarde de hoje.

Sr. deputado, quero dizer que a homenagem feita é merecida. E tive a honra, na primeira eleição de Raimundo Colombo ao senado, de estar com o dr. Jorge em Araranguá, quando lhe prestei uma homenagem, porque na minha vida sempre prezei pela lealdade, e o dr. Jorge tem esse espírito. Nunca o vi deixar nenhum companheiro no meio do caminho.

Evidentemente que ele tem um trabalho extraordinário prestado no Congresso Nacional, no governo federal e no de Santa Catarina; então, esta é uma homenagem justa e reconhecida.

V.Exa. falou sobre o Tancredo e o Sarney, uma questão que nos marcou muito, porque depois o Sarney foi presidente da República, assim como Ulysses Guimarães, pessoas que marcaram a história da nossa política, porque prestaram relevantes serviços ao nosso país. E isso tem que ser reconhecido.

Então, quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço o aparte de v.exa. e incorporo-o ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não, meu líder. Com certeza a nossa bancada, o nosso partido PSDB reconhece também os tributos ao dr. Jorge.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Nobre deputado, em nome da nossa bancada, o PSDB, quero associar-me ao seu pronunciamento e dizer também que o dr. Jorge sempre foi um grande parceiro do nosso partido na construção de uma melhor qualidade para o nosso país. Ele buscou incessantemente a abertura democrática, depois de um período de exceção, e também foi parceiro junto com seu partido do projeto do PSDB em nível nacional, em 1994 e 1998. E o resultado está aí.

Eu também não pude estar presente à homenagem, por motivos pessoais, mas justifiquei a ausência aos seus familiares, mas tive oportunidade à época de dizer como foi justa e importante essa homenagem, pois com certeza o dr. Jorge deixou algumas marcas na vida pública, como a habilidade política, que lhe é muito forte. E a sua gestão também foi muito importante e, acima de tudo, soube ser fiel aos seus fiéis. Essa é uma marca muito boa para se cultivar na vida política.

Então, em nome da bancada do PSDB também queremos nos solidarizar e dizer que, com certeza, a homenagem é justa e merecida.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, meu líder, deputado Dado Cherem.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Gilmar Knaesel, parabênize v.exa. por ter abordado esse tema relacionado a essa grande figura, a esse grande estadista, um homem que foi um grande governador, senador e ministro e que participou das grandes decisões deste estado e deste país, a quem tenho a satisfação de cumprimentar e dizer que o caracterizo como um homem de palavra e de

posição em todos os momentos, em tudo que é acordado. Enquanto aqui estive como parlamentar, sempre o dr. Jorge cumpriu tudo o que prometeu. Por essa razão parabênize v.exa., deputado Gilmar Knaesel, em nome da bancada progressista, e reitero o nosso apoio ao sempre político dr. Jorge Konder Bornhausen.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço as suas palavras, deputado Valmir Comin, e incorporo-as ao meu pronunciamento.

Lembro-me da primeira eleição de que participei juntamente com o deputado Manoel Mota e o deputado Reno Caramori, pois somos os decanos desta Casa. Em 1990, ainda muito jovem e desacreditado das possibilidades de eleição, quando em uma reunião com a alta cúpula cogitando o meu nome e avaliando as chances da minha candidatura, o dr. Jorge disse: "Apostem e abram os olhos porque esse menino chegará à Assembleia Legislativa."

E acabou tudo dando certo, o dr. Jorge Bornhausen fez um ótimo prognóstico.

Voltando às homenagens feitas ao dr. Jorge, quero associar-me a elas e tenho certeza de que da mesma forma outros deputados desta Casa gostariam de fazer o mesmo, porque o dr. Jorge, além de ser um homem de palavra, é um político humanista, e acho que é essa característica que o difere do pragmatismo dos outros políticos, porque ele faz política olhando o ser humano.

Então, cumprimento o dr. Jorge Bornhausen na passagem dos seus 30 anos de política.

Muito obrigado!

(COM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos.

(Pausa)

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Presidência gostaria de agradecer a colaboração dos servidores desta Casa, especialmente daqueles que trabalharam no plenário, do pessoal da Polícia Militar que nos deu a devida segurança, dos funcionários da TVAL, das nossas assessoras da Mesa Diretora sempre simpáticas e atentas a tudo e do telespectador que nos brindou com a sua audiência até o presente momento.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, conforme calendário especial.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 287, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0689/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005 c/c o art. 7º da EC nº 41/2003,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **WALTER DA LUZ**, matrícula nº 0286, no cargo

de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 288, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2448/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos do servidor **EMIR JOSÉ DE SOUZA**, matrícula nº 2142, lotado na Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **80% (oitenta por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **100% (cem por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 289, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2411/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **ANA MARIA FADEL NEVES**, matrícula nº 2177, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **100% (cem por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau mínimo, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 290, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2338/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **GICELA DE AGUIAR SANTANA**, matrícula nº 1988, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **79,17%** (setenta e nove vírgula dezessete por cento) pela execução de atividade insalubre de grau médio e **0,83%** (zero vírgula oitenta e três por cento) pela execução de atividade insalubre de grau mínimo, totalizando **100%**, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 291, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2332/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos do servidor **ARISTEU VIEIRA STADLER**, matrícula nº 0926, lotado na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **20% (vinte por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **100% (cem por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 292, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2546/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos do servidor **GILBERTO LUIZ HELFENSTEIN**, matrícula nº 1930, lotado na Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **100% (cem por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 293, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2393/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **MARCIA HELENA PEREIRA**, matrícula nº 1330, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **60% (sessenta por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **100% (cem por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 294, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2352/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **ALBERTINA BARRETO DE MELO**, matrícula nº 0696, lotada na Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de 35,83% (trinta e cinco vírgula oitenta e três por cento) pela execução de atividade insalubre de grau médio e 34,17% (trinta e quatro vírgula dezessete por cento) pela execução de atividade insalubre de grau mínimo, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 295, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2548/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **SCHEYLA GONÇALVES DA SILVA**, matrícula nº 0950, lotada na Coordenadoria de Serviços Gerais, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **50% (cinquenta por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau mínimo, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 296, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2337/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **VERA LUCIA CARDOSO DAMASCO**, matrícula nº 1600, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **100% (cem por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 297, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0760/2012,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **MARCIA BITTENCOURT DA SILVA**, matrícula nº 1401, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **60% (sessenta por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **100% (cem por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 298, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2400/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **KATIA LOTTIN**, matrícula nº 1638, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **100% (cem por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 299, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2369/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **ANA MARIA GARIBOTTI**, matrícula nº 1832, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-44, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **90%** (noventa por cento) pela execução de atividade insalubre de grau médio e **10%** (dez por cento) pela execução de atividade insalubre de grau mínimo, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 300, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2519/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **SONIA REGINA DA SILVA SALUM**, matrícula nº 1924, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **100% (cem por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 301, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2535/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **DAURA NAVEGANTES MENESES DE AGUIAR**, matrícula nº 1455, lotada na Diretoria Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-56, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **100% (cem por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 302, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0066/2012,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **SORAYA FINCO FARIA**, matrícula nº 2089, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-

60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **100% (cem por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau mínimo, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 303, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2408/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos do servidor **EDSON LUIZ DA SILVA AMORIM**, matrícula nº 1243, lotado na Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **30% (trinta por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 304, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2472/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos do servidor **SOLOM SOARES**, matrícula nº 2127, lotado na Coordenadoria de TV, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-56, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **100% (cem por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 305, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2211/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **MARILIA MACHADO**, matrícula nº 0451, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **60% (sessenta por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **100% (cem por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 306, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2392/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **MÁRCIA GONZAGA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1101, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **100% (cem por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 307, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2533/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **LEIA MENDES COOK**, matrícula nº 1287, lotada na Diretoria Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **100% (cem por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 308, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2378/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **MARIA APARECIDA LEITÃO PACHECO**, matrícula nº 2130, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **80%** (oitenta por cento) pela execução de atividade insalubre de grau médio e **10%** (dez por cento) pela execução de atividade insalubre de grau mínimo, do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 309, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2401/2011,

RESOLVE: *com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,*

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **ANNA SORAYA BACHA**, matrícula nº 1162, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **20% (vinte por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **100% (cem por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 310, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2367/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **LAURA ELITA VIEIRA AMORIM**, matrícula nº 2148, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **60% (sessenta por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **100% (cem por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 311, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2389/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **DULCINÉA RÉGIS**, matrícula nº 1377, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **80% (oitenta por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **100% (cem por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 312, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2447/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos do servidor **ALVARO PACHECO DE SOUZA**, matrícula nº 1237, lotado na Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **40% (quarenta por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **100% (cem por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 313, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2371/2011,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos da servidora **SILVIA REJANE BOTOME**, matrícula nº 1904, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** na proporção de **80% (oitenta por cento)** pela execução de atividade insalubre de grau médio, totalizando **100% (cem por cento)** do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 314, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2142/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011.

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **JULIO CESAR DE SOUSA**, matrícula nº 2004, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) da diferença do valor do código de seu cargo efetivo e o código do cargo em comissão, PL/DAS-3, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior; 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente a Função de Confiança, código PL/FC-5 e 10% (dez por cento) do valor correspondente a Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, com eficácia financeira a contar de 01 de maio de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança - Assessoria técnica-consultoria, código PL/FC-5, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 315, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1839/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **DIOGENES DOMINGOS GRIGOLO**, matrícula nº 1722, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 30,83% (trinta vírgula oitenta e três por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, substituindo idêntico percentual já agregado, com eficácia financeira a contar de 20 de março de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 316, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2506/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **JOYCE MARIA RAMOS BASTOS**, matrícula nº 1159, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 10% (dez por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, totalizando 90%, incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 1447/87, de 04/11/1987, com eficácia financeira a contar de 20 de março de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 317, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2347/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011.

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **GILBERTO LUIZ HELFENSTEIN**, matrícula nº 1930, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 0,83% (zero vírgula oitenta e três por cento) da diferença do valor do código de seu cargo efetivo e o código do cargo em comissão, código PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior; e 19,17% (dezenove vírgula dezessete por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3, do grupo de atividades de Função de Confiança, totalizando 60% (sessenta por cento), incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 1193/91, de 13/06/1991, com eficácia financeira a contar de 20 de março de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 318, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0761/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **MÁRCIA BITTENCOURT DA SILVA**, matrícula nº 1401, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 40% (quarenta por cento) da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, totalizando 100%, incluindo percentual já agregado pela Resolução 773/91, de 22/04/1991, com eficácia financeira a contar de 1º de maio de 2012. Por ser ocupante da Função de Confiança de Assessoria técnica-administrativa - Secretaria Geral e Controle de Materiais, código PL/FC-2, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 319, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0515/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **RITA DE CÁSSIA SILVA DA LUZ**, matrícula nº 1303, ocupante do cargo de Agente Legislativo, código PL/AGL-51, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, com eficácia financeira a contar de 11 de abril de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 320, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta no Processo nº 1009/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 18, § 3º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

AUTORIZAR AFASTAMENTO DE EXERCÍCIO à servidora **ELIZABETE OLINDA GUERRA**, matrícula nº 2114, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-61, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, para concluir Programa de Doutorado em

Filosofia na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com elaboração de tese, sem perda de direitos, incluída a remuneração, no período de 01 de junho de 2012 a 28 de fevereiro de 2013, e com compromisso de permanecer no serviço público por igual período.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 321, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **SOLON SOARES**, matrícula nº 2127, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Fotografia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2012 (DCS - Coordenadoria de Imprensa).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 322, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **MÁRCIA BITTENCOURT DA SILVA**, matrícula nº 1401, da função de Assessoria técnica-administrativa - Secretaria Geral e Controle de Materiais, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de maio de 2012 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 323, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **ANGELA MARIA DE OLIVEIRA PEDERNEIRAS**, matrícula nº 1758, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Secretaria Geral e Controle de Materiais, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de maio de 2012 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 324, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

CONSTITUIR Comissão Especial, integrada pelos servidores **JUAREZ JOSÉ TORTATO**, matrícula nº 1088, Coordenador de Atos e Registros Funcionais, **THAMY SOLIGO**, matrícula nº 6371, Diretora de Comunicação Social, **EDSON TADEU BEZ**, matrícula nº 1085, Gerente de Projetos e Desenvolvimento, **ROSANA BRASCA CAJUELLA**, matrícula nº 2020, Coordenadora de Eventos e **MARIA LUIZA DA SILVA DALBOSCO**, matrícula nº 1572, Coordenadora de Informações, todos do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para, sob a coordenação do primeiro, fazer a Avaliação de servidores em Estágio Probatório.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 325, de 21 de maio de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DAR NOVA REDAÇÃO a Seção II, Art. 10, do Ato da Mesa nº 329, de 16 de junho de 2010, ficando assim descrito:

Art. 10. Nas etapas de avaliação, o servidor será avaliado, com base nos critérios descritos no art. 13, por uma comissão de avaliação especial designada pelo Presidente, composta:

- I - pelo Coordenador de Atos e Registros Funcionais
- II - pelo Diretor de Comunicação Social
- III - pelo Gerente de Projetos e Desenvolvimento

IV - pelo Coordenador de Eventos

V - pelo Coordenador de Informações

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9H00 DO DIA 15 DE MAIO DE 2012.

Às nove horas do dia quinze de maio do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Edison Andrino, Sargento Amauri Soares, Adilor Guglielmi, José Nei Alberton Ascari, Volnei Morastoni, Serafim Venzon, Plínio de Castro, Dirceu Dresch. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em votação as atas da 1ª reunião conjunta e 10ª reunião ordinária, que colocadas em discussão e votação foram aprovadas por unanimidade. **O Deputado Edison Andrino** relatou os Projetos de Lei de nºs 0167.1/2012, 0157.0/2012 e 0166.0/2012, exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. **O Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o Projeto e Lei Complementar de nº 0008.4/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Edison Andrino. **O Deputado Adilor Guglielmi** relatou os Projetos de Lei de nºs 0154.7/2012 e 0073.7/2012, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0149.0/2012 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado José Nei A. Ascari** relatou o Projeto de Lei de nº 0148.9/2012, exarou parecer pelo apensamento ao Projeto de Lei de nº 0034.0/2011, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei de nº 0578.5/2011, 0152.5/2012, exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Resolução de nº 0002.3/2012 exarou parecer pela diligência, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de Complementar de nº 0036.8.2/2011, exarou parecer pela diligência, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei de nº 0040.9/2012, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Serafim Venzon; o Projeto de Lei de nº 0110.6/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Volnei Morastoni** relatou o Projeto de Lei de nº 0106.0.2/2012, exarou parecer favorável com emenda aditiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0135.4/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei de nº 0115.0/2012 e 0128.5/2012, exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. **O Deputado Serafim Venzon** relatou os Projetos de Lei de nºs 0574.1/2011 e 0136.5/2012 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos de Lei de nºs 0220.0/2011, 125.2/2012 e 0067.9/2012, exarou pareceres contrários, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0097.4/2012 exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Sargento Amauri Soares; o Projeto de Lei de nº 0054.4/2012, exarou parecer pelo apensamento ao Projeto de Lei de nº 0088.3/2012, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0117.2/2012, exarou parecer

favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Edison Andrino; o Projeto de Lei de nº 0577.4/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Volnei Morastoni; o Projeto de Lei de nº 0366.0/2011, exarou parecer favorável com emendas Modificativa e Aditiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0129.6/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. **O Deputado Plínio de Castro** relatou o Projeto de Lei de nº 0144.5/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0120.8/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Volnei Morastoni; o Projeto de Lei de nº 0153.6/2012, exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0261.9/2011, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon** relatou o Projeto de Lei Complementar de nº 0011.0/2012, exarou parecer favorável, com voto vista contrário do Deputado Sargento Amauri Soares, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria o parecer do relator; os Projetos de Lei de nºs 0140.1/2012 e 0158.0/2012, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Ofícios de nºs 0379.7/2008 e 0580.6/2011, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos de Lei de nº 0141.2/2012 e 0143.4/2012, exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; a Mensagem de Veto de nº 0564/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício de nº 0385.5/2011, exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0159.1/2012, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **Deputado Dirceu Dresch** relatou o Projeto de Lei de nº 0131.0/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Edison Andrino; o Projeto de Lei de nº 0004.5/2012, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado José Nei Alberton Ascari. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 2012.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e doze, sob a presidência do Deputado Elizeu Mattos, amparado do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Sexta Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 1ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Elizeu Mattos, Manoel Mota, Angela Albino, Dieter Jansenn, Marcos Vieira e Ana Paula Lima - em

substituição ao Deputado Silvio Dreveck. Em seguida, leu justificativa de ausência do Deputado Ciro Roza, pois o mesmo estava recebendo comitiva de Prefeitos da Região do Vale do Itajaí no mesmo horário em seu gabinete. Deputado Silvio Dreveck apresentou Ofício GLPP nº 014/09, comunicando sua substituição pelo Deputado Dieter Jansenn. Colocou em discussão e votação o PLC 003.0/2012 Relator Deputado Elizeu Mattos. Na reunião anterior obteve pedido de vista em gabinete da Deputada Angela Albino, que apresentou emendas - aditivas e modificativas - e nesta reunião recebeu pedido de vista em gabinete do Deputado Elizeu Mattos; e os Projetos de Lei nºs 0081.7/2012, Relator Deputado Ciro Roza; 0050.0/2012 Relator Deputado Altair Guidi; 0107.0/2012, Relator Deputado Silvio Dreveck; 0118.3/2012 Relator Deputado Manoel Mota; 0072.6/2012 Relator Deputado Manoel Mato; 0075.9/2012 Relator Deputado Marcos Vieira; 0063.5/2012 Relator Deputado Marcos Vieira; 0081.7/2012 Relator Deputado Ciro Roza, que teve pedido de vista em mesa pelo Deputado Manoel Mota, sendo aprovado o parecer do Relator. Todos os pareceres foram aprovados por unanimidade; e os Ofícios 0032.5/2012 Relator Deputado Ciro Roza. Aprovada a Diligência; 035.8/2012 Relator Deputado Ciro Roza Aprovada a Diligência; 0474.5/2010 Relator Deputado Elizeu Mattos; 048.2/2012 Relator Deputado Elizeu Mattos; 0022.3/2012 Relator Deputado Silvio Dreveck; 0024.5/2012 Relatora Deputada Angela Albino; 0040.5/2012 Relatora Deputada Angela Albino; 0052.9/2012 Relator Deputado Ciro Roza; 0470.1/2011 Relator Deputado Marcos Vieira - todos os pareceres aprovados por unanimidade. O Presidente leu requerimento de autoria da Deputada Ana Paula Lima, solicitando à Comissão de Trabalho de Administração e de Serviços Públicos, desta Casa Legislativa, que realize Audiência Pública discutira qualidade do serviço de telefonia móvel em Santa Catarina, no dia vinte e um de maio de dois mil e doze, na Câmara Municipal de Blumenau, às dezoito horas. A Deputada Ana Paula Lima pediu a palavra dizendo que sua presença na reunião era para solicitar a aprovação do requerimento, tendo em vista o pedido ser de interesse do Estado de Santa Catarina, sendo que houve outra audiência com o mesmo teor, na Capital, dizendo que não atingirá somente Blumenau, mas todas as cidades circunvizinhas que estão ansiosas para debater esse assunto tão importante e resolver esse problema no Médio Vale do Itajaí. O Presidente comentou que na última audiência da telefonia móvel, inclusive com a participação das Operadoras e da Anatel, ficou definido que as audiências da telefonia móvel seriam descentralizadas e que aconteceriam no Vale do Itajaí, na região Serrana, no Oeste e no Sul do Estado. Assim com o pedido da Deputada Ana Paula Lima, solicitou às Assessorias que façam contato para que aconteça numa segunda-feira à noite, para não atrapalhar os trabalhos deste Poder. Colocou em discussão e votação o requerimento da Deputada Ana Paula Lima. O Deputado Manoel Mota solicitou a palavra, para colocar que se está vivendo uma situação complicada na área da comunicação e que isso está virando uma vergonha porque não se consegue receber ou fazer ligações. Por isso, acha que deve ser tomada alguma medida, sugerindo a realização de uma grande audiência no Estado e aprova a realização da audiência em Blumenau - chamando todas as Operadoras para dar as devidas explicações. O Presidente colocou que na última audiência sobre a telefonia móvel, no dia vinte e oito de março, nesta Casa, ficou acertado que todas as questões de telefonia móvel das regiões do Estado seriam encaminhadas também por esta Casa à Anatel e às Operadoras, servindo assim como intermediária. Foi aprovado o requerimento, com pedido de Audiência Pública em Blumenau, da Deputada Ana Paula Lima, por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, 24 de abril de 2012

Deputado Elizeu Mattos

Presidente

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 790/2012, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 017/2012, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS NOVOS E DE PRIMEIRO USO PARA BIBLIOTECA DA ALESC.

Item 01 -

Restou fracassado

Item 02 -

Vencedora: LIVRARIAS MOHR LTDA. ME

Valor do Último Lance: R\$ 3.800,00

Florianópolis, 21 de maio de 2012

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO

PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 069/2012

REFERENTE: Contrato CL nº 018/2012, celebrado em 01/05/2012.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: **Reginaldo Osvaldo da Silva.**

OBJETO: O objeto do presente contrato é a prestação dos serviços de treinamento, coordenação e regência das atividades orfeônicas do Coral da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, instituído pela Resolução nº 1.203/2001, no contexto de treinamento de pessoal e promoção da atividade orfeônica do interesse do Poder.

VALOR GLOBAL: R\$ 33.600,00

VALOR MENSAL: R\$ 4.200,00

PRAZO: 01/05/2012 até 31/12/2012

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; Inexigibilidade de Licitação nº 008/2012; Processo licitatório nº 024/2012, parte integrante deste ajuste, que por sua vez dá contribuição para a viabilização prática da Resolução de Mesa nº 1.203/01, de 07/08/2001.

Florianópolis, 18 de maio de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Reginaldo Osvaldo da Silva- Maestro

*** X X X ***

EXTRATO Nº 070/2012

REFERENTE: Inexigibilidade nº 008/2012 celebrado em 01/05/2012.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Maestro Reginaldo Osvaldo da Silva.

OBJETO: Prestação dos serviços compreendendo o treinamento, coordenação e regência das atividades orfeônicas exercidas pelos servidores/integrantes do Coral da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

VALOR GLOBAL: R\$ 50.400,00

VALOR MENSAL: R\$ 4.200,00

DATA: 29 de maio a 01 de junho de 2012.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, II e § 1º, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93; Resolução da Mesa nº 1.203/2001.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente contrato correrão à conta da Ação 1144 (Manutenção de Serviços de Terceiros), Item Orçamentário 3.3.90.36.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Físicas) do orçamento da ALESC.

Florianópolis, 18 de maio de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 071/2012

REFERENTE: 01º Termo Aditivo de 14/05/2012, referente ao Contrato CL nº 082/2011, celebrado em 01/12/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: GPL Construções e Consultoria Ltda.

OBJETO: Prorrogar o prazo de entrega do objeto por mais 70 (setenta) dias, estende-o até 19/05/2012 em face das modificações do projeto original com vistas a melhor adequação técnica dos objetivos.

VALOR GLOBAL: R\$ 300.175,18

FUNDAMENTO LEGAL: § 1º, combinado inciso I, alínea "a" do art. 65, da Lei nº 8.666/93; Cláusula Quarta, item 4.2 do contrato original; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 18 de maio de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Lourival Dutra- Procurador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 072/2012

REFERENTE: Contrato CL nº 011/2012, celebrado em 20/04/2012.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 CONTRATADA: **União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais- UNALE**
 OBJETO: Adquirir stand de 18 m² e respectiva instalação na XVI Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais que acontecerá nos dias 29, 30, 31 de maio e 1º de junho de 2012, na cidade de Natal - Rio Grande do Norte - a qual se constitui num grande fórum de discussões e troca de experiências para o fortalecimento da democracia e aperfeiçoamento das ações do poder legislativo estadual.
 Inscrição da ALESC e de seus servidores no referido evento
 VALOR GLOBAL: R\$ 40.000,00
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores; Autorização Administrativa 018/2012-LIC e; Termo de Inexigibilidade nº 006/2012.
 Florianópolis, 18 de maio de 2012.
 Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
 José Luiz Schafer- Presidente Deputado

*** X X X ***

EXTRATO Nº 073/2012

REFERENTE: 06º Termo Aditivo de 14/05/2012, referente ao Contrato CL nº 009/2008, celebrado em 19/12/2007.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: Broadcast Produção E Locação Ltda..
 OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade, com base na reivindicação da Contratada, reajustar o contrato original em 26,26% (vinte e seis vírgula vinte e seis por cento) correspondente à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV, apurado no período de janeiro de 2008 a dezembro/2011, com eficácia a partir da competência janeiro/2012, inclusive, passando o valor das diárias - 24 horas - (unidade móvel e equipamentos), de R\$ 9.858,00 (nove mil oitocentos e cinquenta e oito reais) para R\$ 12.447,62 (doze mil quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos), representando um acréscimo global nos itens da planilha de R\$ 2.589,62 (dois mil quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta e dois centavos). Reajustar, também a razão de 26,26% (vinte e seis vírgula vinte e seis por cento), o valor do quilometro rodado (item 3.1 do contrato original), passando de R\$ 1.50 (hum real e cinquenta centavos) para R\$ 1,89 (um real e oitenta e nove centavos). O presente termo passa a vigorar a partir da sua assinatura com efeitos a contar de 01/01/2012, ficando ratificado o contrato original em todas as suas demais cláusulas e condições.
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 58, §2, c/c art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93; Item 3.7 da Cláusula Terceira do Contrato original; e Autorização administrativa.
 Florianópolis, 18 de maio de 2012.
 Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC
 Ilson Antonio Bettin- Representante

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 913, de 21 de maio de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **MARIA MARCIA DE MELO BARRETO**, matrícula nº 1252, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia de Seção - Assessoramento de Relações Humanas, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **BEATRIZ CAMPOS ELIAS ACORSI**, que se encontra em licença saúde por 90 (noventa) dias, a contar de 02 de maio de 2012 (DRH - Coordenadoria de Estágios Especiais).
 Carlos Alberto de Lima Souza
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 914, de 21 de maio de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1097/12,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde do servidor **SERGIO ROGERIO FURTADO ARRUDA**, matrícula nº 620, por 30 (trinta) dias, a contar de 09 de abril de 2012.
 Carlos Alberto de Lima Souza
 Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 182/12**

Declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a pesca artesanal da tainha.

Art. 1º Fica declarado patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a pesca artesanal da tainha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Edison Andrino

Lido no Expediente

Sessão de 17/05/12

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

A pesca artesanal da tainha é sem dúvida um dos maiores eventos culturais do nosso litoral, que movimenta a comunidade, a economia, a gastronomia e praticamente todos os setores sociais do litoral catarinense, é uma atividade que está enraizada na nossa cultura que remonta ao período da colônia, fazendo portanto, parte da tradição e que permanece sendo executada nos dias de hoje.

Registros de historiadores e navegadores antigos indicam que a pesca da tainha já era praticada pelas tribos indígenas que habitavam o litoral em 1526.

A temporada da pesca da tainha tem início no mês de maio, findando geralmente no dia 29 de junho, dia de São Pedro, padroeiro da pesca. E ocorre no nosso litoral em função da migração dos cardumes vindos da Lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul com a chegada das frentes frias.

Outro fator determinante para sua grande importância é o fato de ser, ainda nos dias de hoje, uma atividade realizada coletivamente nas comunidades, reunindo homens, mulheres e crianças num ritual que se repete todos os anos e cujo resultado, o pescado, é dividida entre todos da comunidade ainda na praia.

A pesca artesanal possui uma organização peculiar, que conta com diversas figuras como a dos: 1. Vigias: que ficam colocados nos pontos mais altos da praia, e atentos ao movimento do cardume, indicam sua localização com um aceno característico, o Apupo, e portanto dando o início da pesca; 2. dos Remeiros, que são responsáveis por, em posse dos Remos de Gova, remar em sincronia para levar a tradicional canoa de um pau só, ao mar promovendo o cerco do cardume - por sua importância, na hora da divisão, gozam do direito de escolher os melhores peixes, conhecidos por "Tainha de Remeiro"; 3. do Chumbeiro, responsável por cuidar do chumbo da rede, é figura indispensável na canoa, garantindo que os chumbos não batam na borda da canoa cujo barulho espantaria o cardume; 4. do Patrão. A quem cabe a tarefa de comandar a canoa na hora de cercar o cardume, atento ao mar e às indicações do Vigia, é dele que parte a ordem de lançar a rede; e ao final, 5. a comunidade na praia que é responsável pelo Arrasto puxando a rede para a praia.

Todos participam da Divisão do resultado da pesca, e se diz que à noite todas as casas da comunidade exalam o delicioso cheiro da tainha frita ou assada.

Desta atividade nascem milhares de lendas e mitos que ensinam e divertem a comunidade tradicionalmente pesqueira e compõem hoje a cultura do litoral catarinense nas suas mais diversas formas.

É tradição que não se pode perder sob pena de perder-se a identidade e origem das comunidades que por centenas de anos fazem parte deste evento social que ainda hoje produz pescado e que é importante parte da economia local, pois a maior parte desta pesca ainda se dá por meio de canoas e redes artesanais das comunidades.

Não é apenas uma pesca artesanal, é um verdadeiro espetáculo que envolve toda a comunidade e que passa a ter atualmente, inclusive, importância turística.

Portanto, em face do patente interesse público, espero contar com os ilustres colegas para a aprovação deste projeto.

*** X X X ***